
ENSINO MÉDIO

– 2º ANO –

HISTÓRIA

VOLUME ÚNICO

Apostila do 2º ano do Ensino Médio, escrita pelo Instituto São Carlos Borromeu. O conteúdo é indicado para estudo individual domiciliar, apoio escolar ou como material didático escolar.



HISTÓRIA



AULA 03

A GRANDE TEMPESTADE

A SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

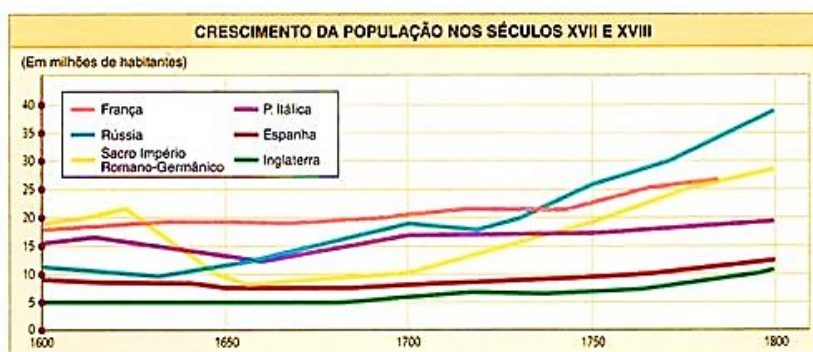


quadro político, religioso e social da Europa – Após as convulsões religiosas e políticas do século XVII,

ocasionadas pela divisão da Cristandade europeia e pelas Guerra de Religião, a situação política estabilizara-se com a **Paz de Vestefália**, que resultou em um estado de equilíbrio de poderes entre os Estados nacionais europeus. Portanto, no final do século XVII a situação estabilizara-se da seguinte forma: as nações setentrionais (o norte do Sacro Império Alemão, a Dinamarca, Suécia, Países Baixos e Inglaterra) permaneceram protestantes, enquanto França, Áustria, Itália, Espanha e Portugal permaneceram fiéis ao Catolicismo. Além da **Nova Ordem Internacional de Vestefália**, outro aspecto marcante no século XVII foi a transferência do centro do poder político da Espanha para a França e a Inglaterra. Desde fins do século XVII e início do XVIII, a França tornara-se o principal Estado absolutista da Europa, assim como a Inglaterra se tornou a principal potência econômica e naval (a “*rainha do mar*”).



Mapa da Europa, após a Guerra dos Trinta Anos e a Paz de Vestefália. No século XVII foi estabelecido o “equilíbrio europeu”, uma ordem internacional em que a França destacava-se como potência terrestre sob o reinado de Luís XIV, o rei-Sol.



A população e a crise econômica – No século XVIII, a população europeia crescera consideravelmente. Na Inglaterra mudanças ocorriam na vida social e econômica, assim como uma série de inovações técnicas passaram a ser incorporadas às atividades econômicas. O uso do vapor como fonte de energia (por meio das invenções de **Thomas Savery** e **Thomas Newcomen**) constituiu-se como um fator essencial para impulsionar as várias inovações técnicas e econômicas que chamamos de **Revolução Industrial**. A aplicação dos conhecimentos da área da Física e outros campos especializados, pôde potencializar a exploração do carvão e a produção têxtil. Os centros urbanos expandiam-se, o consumo crescia nas cidades e havia boas condições materiais, de forma geral. A organização e a composição social também sofria modificações significativas e até mesmo profundas: nos centros urbanos, uma nova classe média desenvolvia-se (pequenos advogados, funcionários públicos, comerciantes, pequenos empresários, etc.), ao mesmo tempo que o sistema bancário moderno tornava-se mais atuante e significativo na vida econômica dos Estados. Uma curiosa associação entre banqueiros (fornecedores de linhas de crédito) e reis ou grandes nobres passou a se tornar bastante usual. Esta nova camada de ricos burgueses e membros da classe média urbana eram simpáticos aos valores e ideais do Liberalismo e não compreendiam a noção de uma monarquia de “direito divino” ou mesmo vinculada ao chefe da Igreja Católica, o Papa. Isto era evidente nos países protestantes, em que este estilo de vida e visão de mundo havia formado as ideias liberais.



Uma ilustração de pessoas tentando comprar alimentos em escassez durante um período de inflação e carestia na França da segunda metade do século XVIII.

Em contraposição ao que se processava nos centros urbanos da Europa Ocidental, os homens interioranos e camponeses pareciam apegados aos seus costumes e valores tradicionais. A vida do campo parecia mais pacata, modesta e humilde e as mudanças ideológicas, técnicas, sociais e econômicas pareciam não atingir a fé dos camponeses.

No século XVIII, a Inglaterra fora abalada pela Guerra dos Sete Anos e principalmente pela Independência das Treze Colônias. Ainda assim, havia uma considerável prosperidade material entre as elites e a classe média britânica. Na França (o maior Estado da Europa Ocidental), a prosperidade econômica fora abalada por sucessivos problemas: 1) *a Bolha do Mississipi de John Law*; 2) *a crise econômica, militar e política causada pela Guerra dos Sete Anos*; 3) *a influência da visão liberal do mundo entre membros da elite francesa*; 4) *um rigoroso inverno afetou a produção agrícola francesa na segunda metade do século XVIII*; 5) *as reformas financeiras do rei foram sabotadas pela egoísta casta burocrática na nobreza de toga (parlamentos)*; 6) *o preço do trigo (e do pão) disparou nos centros urbanos, devido a péssima colheita de 1788*; 7) *o rei passou a ser alvo de críticas ferozes em jornais impressos, que eram utilizados como meios de propaganda*; 8) *a Maçonaria (de origem inglesa) passava a ser*

uma força atuante na França, e, em suas lojas, as ideias liberais de igualdade, liberdade e fraternidade eram bradadas e defendidas pelos membros. Um outro aspecto decisivo, que causou mais problemas do que benefícios, foi a ajuda francesa aos norte-americanos durante o movimento de Independência das Treze Colônias contra os ingleses: este esforço gerou novos gastos e endividamentos para o governo francês.

A situação econômica da França, no final do século XVIII, era péssima, e o país parecia próximo da bancarrota. O rei era criticado nos jornais impressos: os mais exaltados propunham soluções radicais, rápidas e urgentes para solucionar os problemas da sociedade francesa. Os jornais – com artigos e notícias escritas por pequenos-intelectuais adeptos das novas ideias liberais, defendiam o progresso contra o “obscurantismo” do “Antigo Regime” (este último termo fora criado pelos próprios revolucionários). A situação parecia agravar-se, as reformas administrativas, burocráticas e financeiras propostas pelo rei e seus ministros não surtiavam efeito. O rei procurou remediar a situação financeira criando taxaões (impostos) para os nobres, burocratas e clérigos, que, em sua maioria, contestaram a medida.

O DEÍSMO BRITÂNICO E A MAÇONARIA

O avanço da secularização com o protestantismo e o deísmo – O protestantismo havia rompido de forma profunda e permanente o tecido social e cultural da Cristandade europeia. A Igreja, Corpo Místico de Cristo, permanecia viva a despeito dos ataques que sofreu dos inimigos protestantes e dos seus próprios filhos (influenciados por noções panteístas, secularistas e antropocêntricas). A cultura italiana do Renascimento havia provocado uma exaltação exagerada do ser humano (centro e “*medida de todas as coisas*”); a arte renascentista procurava exaltar uma forma de beleza puramente humana, que não abria o homem para a dimensão da transcendência e do sobrenatural. Por outro lado, no Sacro Império Romano-Germânico e noutros países da Europa setentrional, a Reforma Protestante havia aberto uma lacuna para outra forma de *individualismo*: com base na noção luterana do “*livre-exame*” da Escritura, cada indivíduo interpretava as Escrituras ao seu modo, o que gerou um *subjetivismo religioso*.

Com este *subjetivismo religioso*, o grande número de interpretações e a grande quantidade de denominações religiosas surgidas da Reforma, criaram certo ambiente de confusão e relativismo: alguns procuraram pontos em comum entre as várias denominações protestantes, o que colaborou para que, na esfera civil, se desenvolvesse a noção do **Estado laico** (na esfera do poder político) e do **Deísmo** no campo religioso. Este é um paradoxo da Revolução Protestante: um movimento que se pretendia religioso possibilitou a ascensão do Estado laico moderno.

Mas o Deísmo? O que seria? Tal concepção desenvolveu-se principalmente na Inglaterra do final do século XVII e início



John Toland – deísta inglês, discípulo de John Locke (filósofo do empirismo), desejava submeter tudo aos princípios da razão natural e do senso comum.

do XVIII. Em um ambiente predominantemente protestante, os novos intelectuais (burgueses, pequenos advogados e/ou membros da classe média) procuraram elementos comuns aos vários grupos protestantes; a seguir estão listados alguns: 1) há Deus; 2) Deus deve ser adorado e louvado; 3) a piedade para com o próximo (e também a boa-conduta) é essencial no culto; 4) o homem possui uma realidade pecaminosa, é preciso lutar contra esta tendência; 5) há bênçãos nesta vida, e o benefício eterno para os fiéis a Deus. A crença em Deus ficou reduzida, assim, aos seus aspectos mais essenciais, e os homens não possuíam certeza de qual era a verdadeira Igreja, e nem concebiam com certeza o Deus da Revelação. Eis as concepções básicas do Deísmo: para que o homem chegasse a Deus, não era necessário o Corpo Místico de Cristo, nem os Sacramentos, nem a Tradição ou o Magistério da Igreja; além disso, não há Revelação para os deístas; para estes pensadores há tão somente a razão humana, capaz de compreender que o Universo (visto como uma *máquina*) fora criado por um tipo “Deus–Relojoeiro” ou “Arquiteto” (conforme a analogia usual do século XVIII e XIX), que não intervém no funcionamento do mundo. Figuras como John Locke, Voltaire, Thomas Paine, etc. eram adeptos do deísmo do século XVIII.

Entre essa atitude cética e o simples indiferentismo, não era necessário que fossem dados muitos passos: alguns afirmaram que as intermináveis discussões teológicas e as várias denominações, na verdade, eram fortes sinais de que todas eram falsas. O materialismo e o ceticismo surgiram e espalharam-se entre muitos membros da elite inglesa.

O contexto britânico e a Maçonaria – É neste contexto inglês, em que o ceticismo se mesclava com concepções deístas e esotéricas, que surgiu a Maçonaria, tal como a conhecemos ainda hoje. **James Anderson**, Grão Mestre maçom, pastor anglicano, deu organização e constituições às lojas maçônicas: Deus passou a ser considerado um tipo de “Arquiteto Supremo”, um Deus “geômetra” da ordem material e sua organização.

Desde a Inglaterra, as lojas maçônicas rapidamente alastraram-se para outros países da Europa ao longo do século XVIII: Holanda, França, Espanha, Portugal (com o Marquês de Pombal), etc. A Maçonaria, como organização com íntimos laços e relações com setores protestantes, acabou defendendo concepções e valores liberais: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” era o lema das lojas maçônicas.

EXERCÍCIOS

1. Descreva a situação política e cultural da Europa na segunda metade do século XVII.
2. A ordem de Vestfália foi marcada por um deslocamento de poder. Explique isto.
3. Descreva a situação da população europeia e a crise econômica do século XVIII.
4. Quais fatores abalaram a economia francesa antes da Revolução Francesa?
5. O que é Deísmo?
6. Quais as relações entre o Deísmo e a Maçonaria?



AULA 07

O INÍCIO DO SÉCULO XIX – NAPOLEÃO, A TENTATIVA DE RESTAURAÇÃO E O SECULARISMO

I

O INÍCIO DO SÉCULO XIX – NAPOLEÃO E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA EUROPA



Napoleão representava o “espírito do século” no início do século XIX. Após o golpe 18 do Brumário, no final do século XVIII, subiu ao poder como Primeiro Cônsul na França. Posteriormente, tornou-se imperador dos franceses. Na imagem acima, de um filme, vemos o encontro de Napoleão e do Papa Pio VII.

Questões Preliminares –

Conforme estudamos, a chamada Época ou Idade Contemporânea iniciou-se com o grande estampido da Revolução Francesa. Este grande, veloz e nocivo movimento revolucionário, um movimento de paixões desenfreadas, que tinha a finalidade de criar o caos, a destruição e a confusão, tanto na sociedade quanto nas mentes e nos corações dos franceses, conseguiu ser canalizado e ordenado após o governo do Diretório.

Em termos mais amplos – cultural e espiritualmente falando – a Revolução Francesa firmou e fortaleceu o lento movimento de secularização da cultura e da vida política. Ao longo de toda a Idade Moderna ocorrera um processo de avanço da arte e da cultura profana, mais precisamente, a partir da Renascença e da Reforma Protestante. Foi a Revolução Francesa que reforçou este processo de secularização. Mas o que significa secularização? A expansão do secularismo é um fenômeno típico da Época Moderna e que está presente em nossos dias; o fenômeno consiste em uma expansão e imposição de uma cultura que não se baseia em princípios religiosos tradicionais.

A Revolução Francesa conheceu o ápice da desordem e da insegurança no período do Terror, sob o governo de Maximilien de Robespierre, que foi substituído pelos girondinos (burgueses revolucionários, mas considerados como um grupo de moderados). Os girondinos estabeleceram o governo do Diretório (órgão do Poder Executivo, presidido por cinco membros); contudo, o Diretório não conseguia lidar com os problemas políticos, religiosos e econômicos da França: nesta época, os católicos favoráveis ao retorno da monarquia dos Bourbon, levantam-se contra o governo republicano usurpador; por outro lado, os jacobinos, radicais da esquerda, tramavam um golpe contra o governo girondino. Foi assim que os membros do Diretório acharam conveniente apoiar-se na figura do jovem general Napoleão Bonaparte.

A Era de Napoleão – Homem orgulhoso de si, irrefreável quando se acreditava certo a respeito de algo, possuía o temperamento expansivo e colérico dos homens da Córsega. Até o final de sua vida, Napoleão falou francês com um fortíssimo sotaque corso – o que muitas vezes foi motivo de risos entre colegas e bajuladores. Ele fora educado em uma família de pequenos nobres e, aos nove anos, foi enviado para um colégio militar na França. Em sua época de estudos, na adolescência, passava a impressão de ser uma figura estranha e controversa aos seus colegas: o jovem corso era fechado, parecia desprezar os colegas nobres que sabiam falar com propriedade o francês, e que por vezes eram esnobes; além disso, o jovem passava muito tempo estudando a vida de homens célebres como Júlio César, Alexandre o Grande e Carlos Magno.

Napoleão destacou-se no Exército e rapidamente atingiu as patentes militares mais altas. Ainda na época do Terror, durante a Revolução, conseguiu evitar a invasão de tropas estrangeiras no interior da França e em Paris. Destacando-se também em campanhas militares na Itália e depois com a famosa invasão do Egito.

Em meio às instabilidades do Diretório, e com apoio de figuras como o abade Siéyès e os girondinos, Napoleão deu um golpe de Estado (Golpe 18 do Brumário), em 9 de novembro de 1799. Iniciava-se assim o governo do Consulado. Basicamente, o governo de Napoleão estendeu-se de 1799 até 1814. Após o período do Consulado, que se prolongou até 1804, Napoleão estabeleceu o Império. Este segundo período foi caracterizado pelo expansionismo da França napoleônica e pela política externa do Bloqueio Continental.



Em novembro de 1799 ocorreu, com apoio do Diretório, o golpe 18 do Brumário. Foi estabelecido o Consulado, uma forma de governo em que teoricamente o poder executivo seria exercido pelos cônsules e pelo Conselho de Estado. Contudo, na prática, conforme a Constituição estabelecida, o Primeiro Consul (Napoleão) tinha autoridade total.

“A igualdade é a paixão do século e eu sou, e quero sempre, ser o filho do século” (...) “Cidadãos, a Revolução se mantém fixada nos princípios que a fundaram; está terminada” – Napoleão



Papa Pio VII

das ideias da Revolução.

Napoleão, a Concordata e o Secularismo –

Napoleão Bonaparte é uma figura demasiadamente complexa: amado até a loucura por uns e completamente detestado por outros. Do ponto de vista religioso, Napoleão soube conquistar a confiança de muitos católicos da Vendéia. Segundo o padre Alfredo Saenz, teriam dito a respeito dele, na época, o seguinte: “O primeiro Cônsul é um homem extraordinário; entende perfeitamente que todos os sacrifícios feitos pelos vendeanos não podem ser condenados à esterilidade.”. Entretanto Napoleão não era um religioso católico, mas sentia-se inclinado pelos valores e ideias da Revolução; o Consul e depois Imperador da França, acreditava-se como “encarnação”

E não foi por um senso de identidade religiosa, ou de fé, ou ainda por alguma consideração conservadora, que Napoleão decidiu-se por estabelecer a paz com a Igreja e com o Vaticano por meio da Concordata. Mas, sim, por um sentido muito prático de que a religião cristã deveria estar subordinada aos interesses do Estado.

Napoleão e a Santa Sé estabeleceram contatos e negociações, que foram muito complexas e difíceis por causa da atitude do próprio Napoleão: a Concordata estabelecia novamente a Igreja na França, mas o catolicismo era declarado como a “religião da maioria dos franceses” e não como a religião da França. Os bens paroquiais (que não foram vendidos pelos revolucionários durante a fase do Terror) foram colocados novamente à disposição dos bispos; estes, por sua vez, seriam indicados pelo Consul e aprovados pelo Papa (Pio VII).

É certo afirmar que a Concordata, ao invés de impedir o avanço do secularismo na França, foi uma formalização do Estado laico e secularizado, no qual Napoleão colocava-se como representante supremo da Nação e personificação dos ideais da Revolução.

II

O IMPÉRIO DE NAPOLEÃO: DO APOGEU DE NAPOLEÃO AO CONGRESSO DE VIENA

O Império – Napoleão proclamou-se Imperador da França e, a partir daí, iniciou uma fase de expansionismo franco em toda a Europa: o norte da Itália, o Sacro Império Romano-Germânico (Império Alemão), a Áustria, a Espanha, etc., caíram sob o avanço do exército napoleônico. Até mesmo a Rússia do Czar Alexandre I teve de estabelecer um acordo de paz



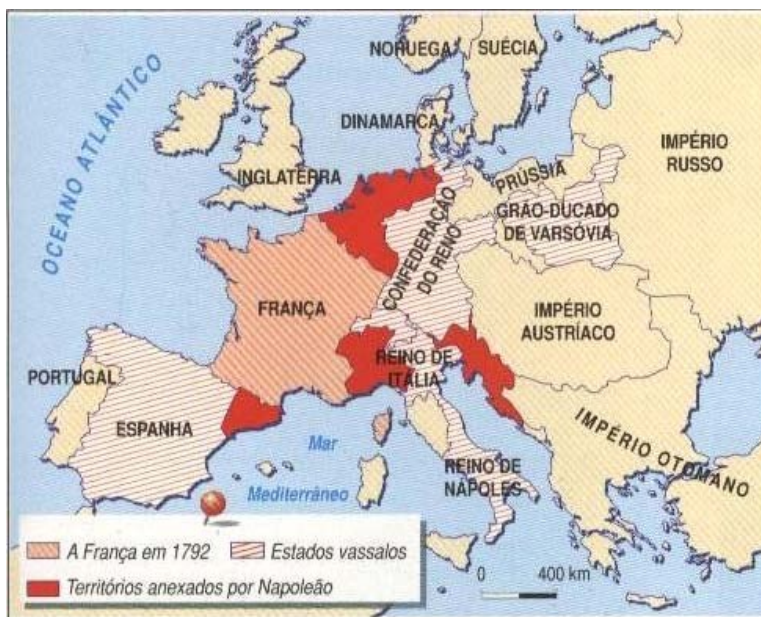
Napoleão coronou-se como imperador dos franceses. A situação da Igreja e do Papa Pio VII nesta época era extremamente delicada. Napoleão, ao tornar-se imperador, desenvolveu uma política externa beligerante e expansionista.

com o Imperador. Na Espanha, Napoleão colocou seu irmão, José Bonaparte, como novo rei, o que causou na América Latina o movimento de independência das colônias espanholas.

Durante o período do Império, um dos principais intuítos de Napoleão foi a queda do Império Britânico (a Inglaterra). Napoleão ameaçou invadir as ilhas britânicas,

entretanto jamais conseguiu ultrapassar o Canal da Mancha por causa da superioridade naval dos ingleses (e não era sem razão que a Inglaterra era chamada de “Rainha do Mar”). Na verdade, a frota naval francesa sofreu uma duríssima derrota para os ingleses durante a Batalha de Trafalgar. Por causa destes fatores é que o Imperador corso estabeleceu o Bloqueio Continental: todos os países da Europa estavam terminantemente proibidos de manter vínculos comerciais com a Inglaterra. O Bloqueio Continental tinha o objetivo de levar o comércio inglês à ruína – uma vez que a Inglaterra não poderia escoar suas mercadorias industrializadas para o mercado consumidor europeu.

Os planos napoleônicos para levar os britânicos à falência, contudo, foram frustrados: Portugal e Rússia não se mantiveram fiéis ao Imperador dos franceses. O príncipe e Regente de Portugal, Dom João VI, manteve contato e comércio com os ingleses, e, também, o Czar Alexandre I da Rússia decidiu manter o comércio no mar do Norte. Essa atitude de ambos os países fez com que Napoleão iniciasse um novo período de invasões: primeiramente ocorreu a tentativa de capturar a

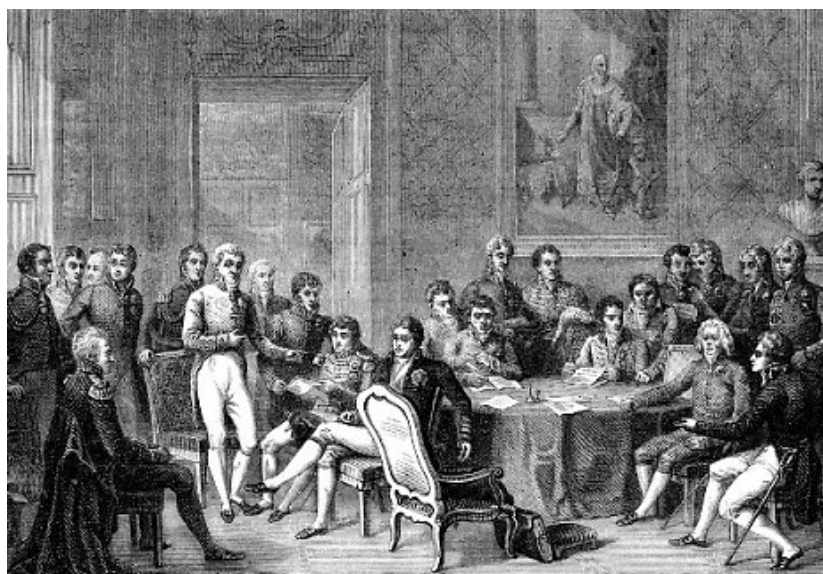


A expansão da França napoleônica

família real portuguesa (de modo que o Império Lusitano fosse anexado ao Império da França), que, com auxílio dos ingleses, retirou-se para o Brasil; posteriormente, Napoleão invadiu o Império Russo do Czar, e esta invasão o levou à ruína.

Com a derrota e a morte de mais da metade de suas tropas na Rússia, Napoleão, ao retornar para a França, acabou cercado, em Paris, por tropas inimigas de ingleses, russos e austríacos, e assim foi forçado à abdicar: o Imperador aceitava deixar o trono em 1814.

Os aliados – ingleses, espanhóis, prussianos, austríacos e russos – permitiram que Napoleão mantivesse seu título imperial, ganhasse uma pensão e que vivesse em paz na pequenina ilha de Elba, como senhor e rei, com um exército minúsculo, quase irrelevante, de 1200 soldados.



O Congresso de Viena, iniciado em 1814, reuniu líderes e representantes dos principais reis e governantes da Europa: o duque de Wellington representou os interesses da coroa britânica (Inglaterra), Metternich representava os interesses da Áustria (dinastia dos Habsburgo) e o traiçoeiro e manipulador Talleyrand defendeu a restauração dos Bourbon na França. Este último personagem, na verdade, defendia mais seus próprios interesses do que os da França.

O Congresso de Viena e o Início da Restauração dos Bourbon de Luís XVIII – Com o exílio de Napoleão na ilha de Elba, ocorreu a restauração da casa real dos Bourbons no trono da França. Este fato ocorreu no contexto do Congresso de Viena, a partir de um grande acordo estabelecido entre os grandes reinos da Europa: a Inglaterra, a Áustria, a Rússia, a Prússia, a Espanha e o governo monárquico da França tinham o objetivo comum de restaurar a situação política e geopolítica da Europa tal como era antes da

Revolução Francesa e de Napoleão Bonaparte.

Em 1814, após o afastamento de Imperador, começaram as primeiras reuniões do Congresso de Viena, cuja finalidade consistia nos seguintes pontos:

a) a restauração das fronteiras dos Estados monárquicos tais como eram antes de Napoleão e, também, das dinastias que reinavam anteriormente ao período revolucionário; b) reforçar a noção de “*equilíbrio europeu*”, ou seja, a existência de certa igualdade de forças entre as nações europeias, para impedir a difusão das ideias e das ações revolucionárias.

Ainda em 1814 iniciou-se o processo de Restauração da monarquia francesa, com Luís XVIII (irmão do falecido Luís XVI). Entretanto, o problema com Napoleão não estava solucionado. Logo, os congressistas de Viena perceberam que haviam subestimando o general corso: no começo de março de 1815, um dos membros do Congresso – chamado Metternich – fora acordado às 06 horas da manhã por um correio, vindo da Itália. O

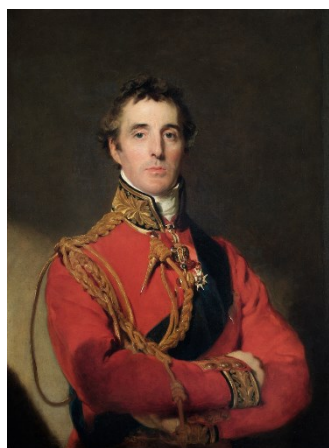
portador da mensagem era funcionário de um general austríaco e parecia bastante ansioso para que Metternich analisasse o conteúdo da carta, que consistia basicamente no seguinte: Napoleão deixara a ilha de Elba e, com os seus 1200 soldados, desembarcou no sul da França, perto de Cannes. .

Um exército foi enviado para impedir o avanço do pequeno contingente napoleônico; contudo, aquelas tropas militares, persuadidas por Bonaparte, acabaram desertando e

passando para seu lado, aumentando consideravelmente suas forças militares. Napoleão prosseguiu em direção à Paris, avançando e arregimentando pessoas aos seus contingentes. Luís XVIII retirou-se de Paris.

III

A ÚLTIMA TENTATIVA DE NAPOLEÃO: O GOVERNO DE CEM DIAS, A DERROTA EM WATERLOO E A RESTAURAÇÃO



Duque de Wellington

O Governo dos Cem Dias – Para a surpresa dos congressistas em Viena, Napoleão ocupou novamente o trono francês. O general corso regressou para Paris com o objetivo de impedir a restauração do Congresso e de reestabelecer o seu Império. Assim instituiu uma nova constituição liberal, formou um novo governo com vários ministros que eram veteranos da Revolução, favoráveis ao liberalismo, e procurou ampliar e fortalecer seu novo exército.

O Congresso de Viena declarou Napoleão como um “fora da lei” e os países aliados passaram a organizar uma grande força de coalização para enfrentar a nova ameaça. As tropas das potências europeias foram lideradas pelo general Blücher (Prússia e Áustria) e pelo **duque de Wellington** (Inglaterra). Em 16 de Junho de 1815, as tropas de Napoleão tiveram um embate contra o exército austríaco que foi derrotado e o **general Blücher** fez uma retirada estratégica. Em 18 de Junho, as tropas de Napoleão dirigiram-se para a região de Waterloo – onde estavam as tropas inglesas do duque de Wellington.

O exército francês teve um duro embate em **Waterloo** contra os homens do duque de Wellington, que, é preciso notar, resistiram brava e persistentemente aos ataques franceses. Subitamente, durante a batalha, outras tropas surgiram em Waterloo: o general Blücher aparecia novamente, liderando contingentes austríacos e prussianos (alemães) para reforçar as tropas inglesas; a ajuda de Blücher foi tão decisiva e fundamental que, ao cair da noite, o exército francês parecia completamente esgotado e desagregado.

Napoleão recuou. Dizem alguns historiadores que uma expressão sombria se apossou de sua face. Em 22 de Junho, Napoleão teve de assinar em Paris um acordo em que novamente abdicava do poder. O “Império dos Cem Dias” foi encerrado, e Napoleão foi levado pelos britânicos para a desolada e distante ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul.



General Blücher

da Vendeia. Entretanto, seu governo foi tímido e parecia ter vergonha de suas raízes tradicionais e católicas.

A família Bourbon destes tempos não parecia realmente disposta – e com a devida coragem – em restaurar a Cristandade na França, fato que causou a decepção e desilusão dos súditos da velha monarquia...

A ideologia liberal-burguesa, o jacobinismo e o bonapartismo pareciam circundar a vida da sociedade parisiense, rondando e aguardando por um momento oportuno. O secularismo que havia tomado conta da cultura e da vida política parecia continuar avançando, insistentemente, e infiltrando-se no espírito e no coração dos homens. Em 1830 uma nova revolta explodiu em Paris. A família Bourbon caiu. E novamente a França foi o epicentro de uma revolução...

EXERCÍCIOS

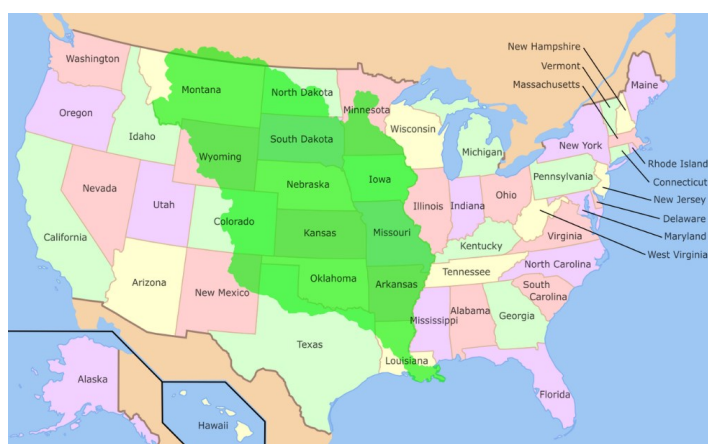
1. O que foi o Golpe 18 do Brumário?
2. O que foi a Concordata? Qual era a situação da Igreja na França?
3. No período do Império, qual foi um dos principais intuitos de Napoleão? E o que foi o Bloqueio Continental?
4. O que causou a queda de Napoleão?
5. O que foi o Congresso de Viena?
6. Explique a respeito da Restauração na França e quais ideologias e facções políticas estavam presentes na França durante este período de retorno dos Bourbon.



AULA 10

A FORMAÇÃO DAS TREZE COLONIAS

A SITUAÇÃO DA AMÉRICA DO NORTE

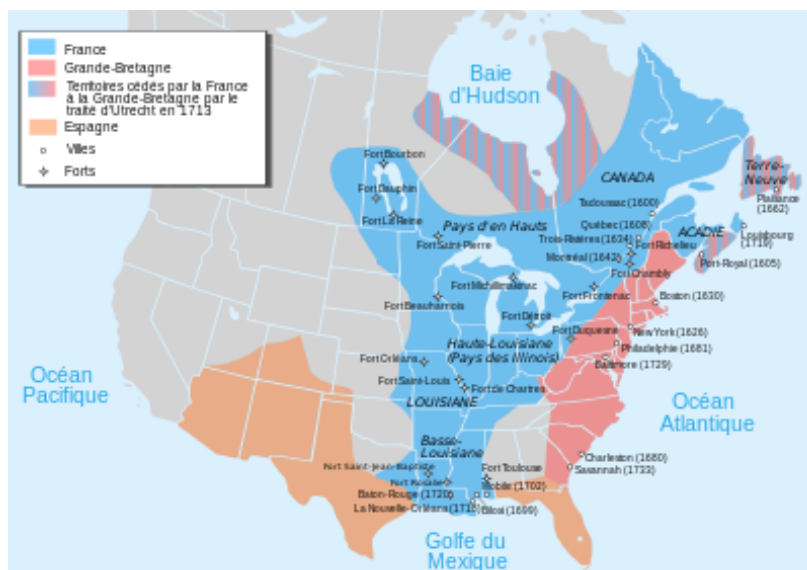


A área verde representa a Louisiana

A maior porção do território que hoje compõe os Estados Unidos da América era do Império Espanhol e, uma grande área, do Império Francês; as terras francesas que se estendiam ao longo da bacia do Mississippi eram chamadas de Louisiana (onde atuava a **Companhia Francesa do Mississippi**). A França, assim como a Holanda e a Inglaterra, havia iniciado sua expansão marítima de forma atrasada, com relação à

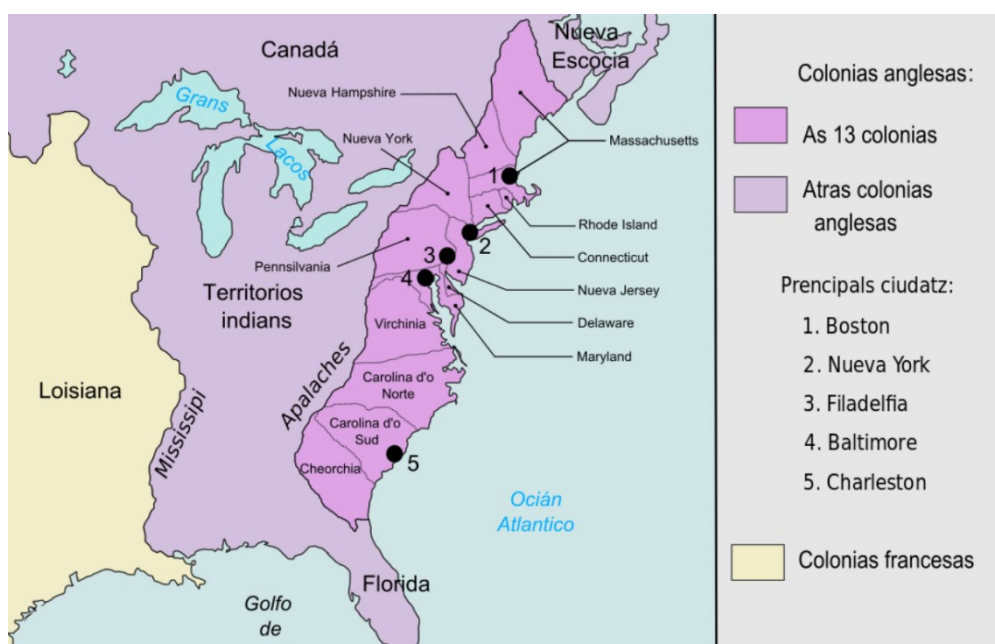
expansão portuguesa e espanhola. O Império Espanhol espalhava-se ao longo de quase todo continente americano.

O Império Francês na América só teve início quando em 1534, com exploração francesa na planície do Rio São Lourenço (nas províncias de Ontário e Quebec, no atual Canadá), estendendo-se até o centro do atual território dos Estados Unidos (região chamada de Louisiana). A **Louisiana** e a região do **Quebec**, juntas, eram chamadas de “**Nova França**”. A capital da Louisiana era New Orleans, onde se mantinham comunidade religiosas católicas. No norte da região havia comércio de madeiras e peles e na área sul (clima subtropical) predominavam as grandes culturas (plantations) de tabaco e outros



A área azul representa a região da Nova França

bens. Depois que a França foi derrotada na Guerra dos Sete Anos pela Inglaterra, os franceses tiveram de ceder a região do Quebec aos britânicos. Os padres da Companhia de Jesus (Jesuítas) realizavam missões e um esforço na catequese dos indígenas desta área.



As culturas indígenas desta região eram consideradas inferiores às civilizações pré-colombianas (Astecas, Maias, Incas). Sob o nome genérico de *peles-vermelhas*, agrupavam-se povos em geral seminômades, dedicados à caça do bisão, à pesca e à agricultura, especialmente do milho. Não conheciam os metais e possuíam uma cerâmica e tecelagem bastantes rústicas. As tribos nômades ou seminômades das Grandes Planícies utilizavam-se de tendas, mas, na faixa que se estende da Flórida ao Canadá, existiam casas de troncos, bem como, no Sudeste, dominavam as aldeias de adobe.

A área britânica – A área da colonização britânica na América do Norte era consideravelmente limitada. O que hoje são chamados de Estados Unidos, no início, era uma estreita faixa litorânea (a costa leste dos Estados Unidos), geograficamente separada do oeste pelos **montes Apalaches**.

A Inglaterra (ou Império Britânico) iniciou sua expansão colonial também atrasada, com relação aos ibéricos (espanhóis e portugueses). Contudo, ao longo do século XVIII, a Inglaterra estava, gradualmente, transformando-se numa potência. O Império Britânico formou-se, basicamente, por conta de quatro fatores: **a)** a Inglaterra obteve considerável fortuna por meio da atividade da pirataria (os britânicos, por meio de piratas, saqueavam os navios espanhóis, roubando e adquirindo ouro, prata e bens agrícolas) e do tráfico ilegal nas colônias espanholas; **b)** a formação de uma poderosa marinha ao longo do século XVII; **c)** o declínio do Império Espanhol (a partir do século XVII, o Império Espanhol entra em declínio político e econômico); **d)** o declínio e as desestabilidades financeiras e econômicas,



Navios da Companhia Britânica das Índias Orientais

que fragilizaram a França (no século XVIII, parecia ocorrer uma transferência de poder, a França parecia declinar e a Inglaterra tornava-se um novo centro).

Vastas regiões foram conquistadas pelos britânicos: as Bahamas no Caribe, a Índia, a Birmânia, a Malásia, Cingapura, a Austrália, Nova Zelândia, o África Austral, Nigéria, Serra Leoa, Gana, Guiana (oeste), Canadá e a Costa Leste da América do Norte (a norte da Flórida e a sul da Nova Escócia), ou seja, a área das Treze Colônias.

Para realizar este processo de colonização e administrar um império ultramarino tão amplo e vasto, a Inglaterra atuava por meio de empresas privadas (*companhias majestáticas*) autorizadas pela coroa britânica a atuar de forma monopolística nestas regiões. Havia várias companhias majestáticas:

Companhia Britânica das Índias Orientais (a maior e mais importante companhia majestática);

Royal African Company;

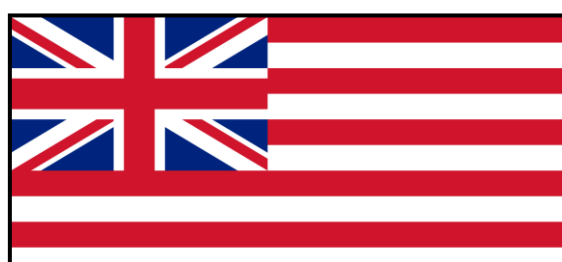
Hudson Bay Company;

Virginia Company;

Plymouth Company;

As companhias britânicas recebiam monopólios da Coroa Britânica, de forma que atuavam

O povoamento britânico na costa leste da América – No início do século XVII, o rei **James I** fundou a **Virginia Company**. Em 1607, um grupo de colonos (membros da Companhia) estabeleceu na Virginia a cidade de Jamestown (em homenagem ao rei James). Em 1620, grupos de protestantes **puritanos** (chamados por alguns de “*peregrinos*”) fundaram a colônia de **Plymouth**, na região chamada de “**Nova Inglaterra**”. A **Nova Inglaterra** abrangia uma



Bandeira da Companhia Britânica das Índias Ocidentais – A Companhia das Índias Ocidentais também atuava, com autorização da Coroa Britânica, contra o império espanhol, saqueando os navios espanhóis e realizando tráfico de escravos.

área que originou estados como o *Maine, Massachusetts, Connecticut, New Hampshire, Rhode Island* etc. Este processo povoamento iniciado pelos puritanos foi operacionalizado por companhias majestáticas como a **Plymouth Company** e a **New England Company**.



Os puritanos se estabeleceram na região norte da Costa Leste dos atuais Estados Unidos da América, na área da Nova Inglaterra. Um fato curioso é que os protestantes, estabelecidos em áreas como Massachusetts ou Rhode Island, estavam imbuídos de ideias milenaristas e noções calvinistas (como a ideia da Predestinação).

Os puritanos formavam uma seita contrária ao anglicanismo e eram seguidores de muitas noções

heréticas do Calvinismo. De fato, eles possuíam uma **visão messiânica** a respeito de sua própria comunidade, se considerando legítimos herdeiros do antigo povo de Israel e, portanto, **predestinados à salvação** (“os eleitos”). Os puritanos pensavam através de uma comparação: assim como os israelitas foram perseguidos no Egito e fugiram para fundar uma nova nação (Reino de Israel), os puritanos saíam das ilhas britânicas para fundar uma nova terra, prometida: a Nova Inglaterra. Os puritanos eram ferrenhamente anticatólicos e tinham uma forma de vida extremamente moralista (algo próprio do Calvinismo e do Jansenismo).

A respeito das Treze Colônias, há alguns aspectos, fatos e características que merecem ser ressaltados:

o sul de aspecto mais moderado, com uma forma de vida fundada especialmente no anglicanismo e o norte de aspecto mais sombrio, austero e rígido foi formado por muitos puritanos, batistas e quakers);

as colônias do sul tinham clima sub-temperado ou até sub-tropical; o norte, a Nova Inglaterra, tinha um clima semelhante aos países centro-nórdicos da Europa.

Nas colônias do sul predominou a implantação da **plantation** (grande propriedade de monocultura, voltada para exportação); no Norte, os puritanos formavam empreendimentos fundados na atividade da caça, da pesca e na pequena agricultura.

Em ambas as regiões (norte e sul) o trabalho escravo foi implementado ao longo do século XVIII e até o século XIX.

Os puritanos e outras denominações fugiram das Guerras de Religião da Inglaterra, mas, ao se estabelecer na Nova Inglaterra, foram extremamente intolerantes com outras denominações (especialmente com relação a católicos, que não seriam admitidos na Nova Inglaterra).

Foi na região da Nova Inglaterra que ocorreu o episódio das “Bruxas de Salém”: protestantes puritanos perseguiram e assassinaram algumas mulheres, em Salém, acusadas de práticas de bruxaria.

A escravidão nos Estados Unidos o regime de separação entre brancos e escravos era mais profundo e o racismo foi muito mais agressivo do que em outros lugares (como no Império Espanhol e no Império Português). Havia uma mentalidade escravocrata com raízes profundas, originárias no mundo britânico.



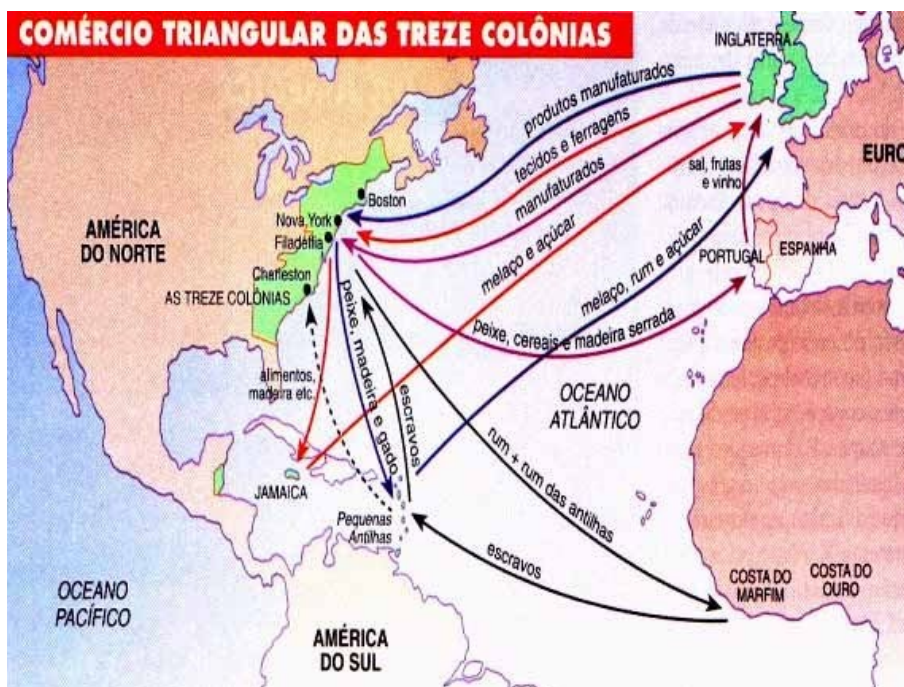
Na primeira colônia (a Virgínia, onde havia *plantation* de tabaco) a presença católica era proibida. Em Maryland havia permissão para que houvesse comunidades católicas. As Treze Colônias tinham diferenças, umas em relação às outras.

Outra seita herética protestante que adentrou a região era formada pelos **quakers** (o termo quaker remete à ideia de “treme”, “tremedeira”; contudo, o grupo dos quakers eram chamados de “Sociedade Religiosa dos Amigos”). **William Penn** foi um quaker, que, autorizado pelo rei, fundou a Pensilvânia.

O comércio triangular – Nas Treze Colônias a mão de obra escrava foi empregada em larga escala; os escravos poderiam ser capturados em guerras ou simplesmente trocados nos portos do continente africano. Há muito tempo os britânicos empreendiam negócios vinculados ao trabalho escravo (incluindo o trabalho escravo de crianças). Além dos escravos nas colônias do norte, os escravos africanos eram remetidos para as ilhas do mar do Caribe, onde havia o cultivo de cana-de-açúcar.

A *cana-de-açúcar* e outros bens eram levados para as colônias; os colonos também levaram para seu território o *melaço* (para produzir rum). Nas Treze Colônias havia *produção de tabaco e algodão*. Estes produtos coloniais eram remetidos para o Império Britânico. Muitas vezes, o melaço do Caribe também era remetido diretamente para as ilhas britânicas, que, por sua vez, enviavam produtos manufaturados, industriais ou refinados para as colônias. O rum produzido a partir do melaço era utilizado para ser trocado no continente africano por mais escravos. Basicamente, era este o sistema do “comércio triangular” no Atlântico Norte.

De forma simplificada, há uma representação do comércio triangular:



EXERCÍCIOS

1. Faça um resumo da aula.
2. O que eram as companhias majestáticas? Qual era a principal companhia majestática?
3. O que foi o comércio triangular no Atlântico Norte?



AULA 15

O HOMEM MODERNO: O RESULTADO DAS IDEOLOGIAS POLÍTICAS E FILOSOFIAS DO SÉCULO XVIII E XIX

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE SANTO AGOSTINHO: AS DUAS CIDADES



Santo Agostinho e a Cidade de Deus – Santo Agostinho observou que há duas atitudes básicas pelas quais o homem pode agir: **a)** uma atitude fundada nas virtudes da *humildade*, da *prudência* e da *esperança* – de tal forma que o homem mantém-se desprendido das coisas mundanas e vive uma forma de vida voltada para as coisas do Alto (uma vida ordenada a Deus); **b)** por outro lado, o homem pode também desenvolver uma *atitude de apego a si mesmo, cultivando seu orgulho e soberba*, e, portanto, mantendo-se um homem puramente terreno (um homem horizontal) e fincando nas coisas mundanas.



Santo Agostinho

De acordo com Santo Agostinho, o combate entre a Cidade de Deus (Igreja, Jerusalém espiritual e mística) e a Cidade dos Homens (o mundo do orgulho, do pecado, da soberba e todos os vícios) foi revelado pela primeira vez no episódio de **Caim e Abel**.

Antes de falar propriamente de Caim, vamos tratar a respeito de Abel. Este filho de Adão e Eva pode ser considerado a partir de alguns aspectos destacados pelos padres da Igreja: **a)** *Abel como justo*; **b)** *Abel como pastor*; **c)** *Abel como sacerdote*; **d)** *Abel como mártir*. Façamos uma breve consideração de cada um destes aspectos, partindo, claro, do princípio:

Abel como justo – São Gregório referiu-se a Abel como um justo eleito suscitado pela Igreja; assim como São João e Nosso Senhor Jesus também se referiram ao bom filho de Adão e Eva como um homem justo (“*As obras de Abel eram justas*”, I São João 3, 12). Na Carta

aos Hebreus declarou-se que “*pela fé, Abel ofereceu a Deus sacrifícios mais excelentes que Caim, por eles foi declarado justo*” ... (Hebreus 11, 4). Depois da Queda de nossos primeiros pais, Abel foi o primeiro homem justo e voltado para uma vida interior em Deus.

Abel como pastor – Caim era agricultor. Abel era pastor. Esta diferença é muito significativa: como nos ensinou Santo Hilário, Alberto Caturelli, padre Alfredo e tantos outros padres da Igreja, o pastor de ovelhas não vive fixado em algum lugar, não é um homem sedentário, mas busca proteger seu rebanho, alimentando-o em diferentes paragens. O pastor desloca-se de um lugar para outro, coletando frutos de árvores e bebendo água dos rios; em seu coração há confiança e esperança em Deus. O pastor vive neste mundo, perambulando de um lugar para outro, não se prende ao terreno. A maior preocupação do pastor é proteger e conduzir com zelo seu rebanho de novinhos.



Abel como sacerdote – Conforme o padre Alfredo, o sacrifício oferecido por Abel a Deus pode ser considerado um típico e claro gesto sacerdotal. Santo Hilário considera Abel como uma figura (um tipo ou prefiguração) de Cristo: “*O sacrifício de Abel já é agradável por ser a figura da Igreja, que então haveria de oferecer, entre as primícias das ovelhas, o sacrifício do santo Corpo...*”. Na antiga arte sacra cristã, na época dos primórdios do Império Bizantino, Abel era retratado ofertando ao Senhor Deus o primeiro e melhor de seus novinhos; o gesto sacerdotal de Abel era mostrado ao lado da figura de Melquisedec, o rei-sacerdote da época antiga (prefiguração do Cristo).

Abel como mártir – Com a mesma pureza e ingenuidade de coração com que sacrificou o novinho a Deus, Abel acompanhou seu irmão Caim até o campo, onde foi brutalmente morto. Caim, repleto de orgulho, vaidade e inveja, cometeu o primeiro assassinato da História; por outro lado, Abel deu início à longa lista de vítimas mártires. Ele foi o primeiro mártir da História: o ato sacrificial que realizou para Deus também predizia seu próprio sacrifício nas mãos de Caim.

Abel também foi um cordeiro, manso e puro, sacrificado. Neste aspecto, também foi uma prefiguração do Cristo que Se deixou sacrificar. Santo Hilário também nos ensina algo memorável: Caim, irmão mais velho, representaria o Povo de Judá (o Povo da Antiga Aliança),

que, repleto de preocupações com questões políticas e cego para a presença do Filho de Deus, com inveja no Povo da Nova Aliança (a Igreja Católica), sacrificou o Verbo Encarnado.

Caim e Abel – Caim é sinal e manifestação da Cidade dos Homens; por outro lado, Abel é um homem espiritual: como pastor confiante em Deus, vive em função do Alto, em função de Deus. Possui uma vida voltada na vertical. Caim estava fixado no plano puramente horizontal, suas preocupações eram profanas. Abel era um pastor que viveu como um peregrino neste mundo; Caim foi amaldiçoado e se transformou num errante que procurou refúgio no país de Nod.

Santo Agostinho nos ensina que a oposição entre Caim e Abel é o início da oposição entre a Cidade de Deus e a Cidade dos Homens. Caim foi realmente um fundador de cidades, que eram fundadas no desejo de poder e autossuficiência. O historiador judeu Flavio Josefo afirma, em sua obra História dos Hebreus, que a linhagem de Caim era formada por homens cruéis, ímpios e corruptos.

A cidade de Caim (Cidade dos Homens) está fundada no orgulho, na soberba, no sangue



Representação de Nemrod por David Scotte, no século XIX d. C. Observe o efeito visual da pintura: parece que olhamos Nemrod de baixo para cima; além disso, ele parece bradar contra os céus, contra Deus. Nemrod e sua cidade (Babel) são sinais da Cidade dos Homens.

e no ódio. De acordo com Santo Agostinho, portanto, Caim foi realmente um fundador de um mundo autônomo, fundado no desejo desmedido de poder e que busca prescindir de Deus.

Babel, a cidade de Nemrod – A atitude soberba de Caim reaparece com a figura de Nemrod. Depois do Dilúvio enviado por Deus para renovar a humanidade e todas as coisas, purificando o mundo do pecado e da corrupção em que caíra, surgiu a figura de Nemrod (bisneto de Noé).

Nemrod fundou duas famosas cidades: Nínive e Babel (Babilônia). Esta última era a grande e rica cidade do Mundo Antigo, na qual foi construída a Torre de Babel. De acordo com o historiador Flavio Josefo, Nemrod (que era um caçador e homem forte e valente) enganou os homens na planície da Mesopotâmia: Nemrod lhes disse que Deus pretendia enganá-los e enviar outro Dilúvio. E assim Nemrod lhes sugeriu que fosse construída uma imensa torre, de forma que caso houvesse outro Dilúvio, as águas não atingissem o cume da torre.

Nemrod desejava firmar um reino puramente humano, que não contasse com a presença de Deus, que não estivesse ordenado a Deus. Nemrod simboliza o desejo egoísta de autossuficiência: a cidade da perdição (Babilônia) e sua Torre são sinais da Cidade dos Homens.

“Quantas correntes ideológicas, quantas modas do pensamento. A pequena barca de muitos cristãos foi muitas vezes agitada por estas ondas, lançada de um extremo ao outro: do Marxismo ao Liberalismo, até à

libertinagem; do individualismo ao coletivismo radical; do ateísmo a um vago misticismo religioso; do agnosticismo ao sincretismo e por aí adiante.” – Papa Bento XVI

O HOMEM MODERNO

A profundidade e gravidade da Crise – O que é a sociedade moderna e contemporânea senão uma afirmação dos homens contra Deus? O que é o Liberalismo, o Positivismo, o Socialismo, as ideologias tecnocratas (Tecnocracia) e transumanistas senão uma rebelião dos homens contra a vida sobrenatural? *O homem moderno é secularista e imanentista.*

Os membros da Cidade dos Homens, seus líderes e pensadores conscientes da própria situação, reconhecem tal condição e realidade: o ideólogo comunista Antônio Gramsci afirmou que a essência do socialismo é a **imanência** (do latim, *permanecer em* ou *permanecer dentro*), ou seja, a afirmação desta realidade puramente humana e separada de Deus. De acordo com Gramsci, o Socialismo se caracteriza por ser uma negação da transcendência e da vida sobrenatural; neste sentido, o movimento deseja concluir a “*terrestrialização*” da vida humana, iniciada pelas revoluções europeias (especialmente a Revolução Francesa).



Antônio Gramsci: ideólogo socialista italiano. Gramsci escrevia usando uma terminologia própria, mas fundada na visão socialista. É um claro representante e defensor da Cidade dos Homens. O próprio Gramsci estava ciente disso quando escreveu que o socialismo “é a religião que deve aniquilar o Cristianismo.”. Deus deveria ser aniquilado da consciência dos homens, que deveriam valorizar unicamente o próprio homem como realidade espiritual.

Os marxistas reconhecem e confessam este aspecto do pensamento de Gramsci: “*Há, no jovem Gramsci, uma religião laica da imanência, identificada com a absoluta autonomia da história...*” (...) “*A filosofia da práxis (como Gramsci chamava o Marxismo) escolhe enraizar-se na imanência...*”; trata-se de um “*neo-humanismo*”: uma afirmação da autossuficiência do homem. É Babilônia rediviva. A **Idade Contemporânea** (a **Modernidade**) é, assim, caracterizada por esta expansão da vida profana e secular: a vida humana tornou-se padronizada e uniformizada em função dos valores seculares e dos ideais liberais desta nova sociedade estabelecida com a Revolução Francesa: uma nova Babilônia que deseja afirmar-se e se impor a todo custo. Neste sentido, o historiador Christopher Dawson fez observações memoráveis a respeito destas coisas:

“Um século é um período relativamente curto. Não chega nem mesmo a exceder a extensão de uma única vida humana. No entanto, ***os últimos cem anos mudaram a vida***

humana de maneira mais absoluta que qualquer outro período da história do mundo. É como se o fluxo do tempo se transformasse de um lento rio corrente em uma catarata ruidosa. Há cem anos, grande parte da raça humana ainda vivia como sempre viveu. O Extremo Oriente ainda era um mundo fechado, tão distante do pensamento da Europa como se fosse um planeta diferente, ao passo que o Extremo Ocidente ainda estava vazio e a África tropical ainda era desconhecida. No espaço de três gerações todo o mundo foi aberto, unido e modificado. Houve um progresso esbaforido na população, nas riquezas e no conhecimento. ***As cidades não só aumentaram em números e tamanho; uniram o mundo em uma grande sociedade. Está chegando o tempo em que as cidades se tornarão uma cidade – uma Babilônia que deixa sua marca na mente de todos os homens e mulheres e impõe o mesmo padrão de conduta a todas as atividades humanas.***” – Christopher Dawson (1930), em o Julgamento das Nações.



O pai e fundador do Positivismo, Augusto Comte, dividiu a História em três períodos: o Teológico, o Metafísico e o Positivo. Comte acreditava no progresso da civilização e terminou sua vida afirmando que o Positivismo era a religião da Humanidade (o objeto de culto do homem é a própria humanidade).

E ainda afirma:

“No decorrer dos últimos dois séculos, a raça humana vivenciou as maiores mudanças de que se tem conhecimento desde o começo da História. O homem adquiriu um poder sobre a natureza que ultrapassa os sonhos dos magos e alquimistas do passado. ***A face do mundo foi alterada.*** (...) O mundo fechado do Oriente antigo foi aberto e trazido para mais perto de nós do que a Inglaterra era para a Itália um século atrás. Mesmo os selvagens das selvas e tundras têm sido arrancados de seu isolamento pré-histórico e forçados a se adaptar, de alguma maneira, aos padrões ocidentais. ***Em toda parte, da Irlanda ao Japão, da Palestina à Califórnia, os homens estão vestindo as mesmas roupas, usando as mesmas máquinas, vendo os mesmos filmes, lendo os mesmos livros e até mesmo pensando as mesmas coisas.***” – Christopher Dawson, em *Os deuses da Revolução*.

Características básicas do Homem Moderno – Conforme nos ensina o padre Alfredo Saenz, o termo “Homem Moderno” é utilizado para nos referirmos aos homens cuja forma de vida é um produto ou resultado de um longo processo revolucionário: a **Renascença Italiana** (o humanismo renascentista), a **Reforma Protestante**, o **Naturalismo** e o **Deísmo** do século XVII, o **Iluminismo** do século XVIII, a **Revolução Francesa** (com seus desdobramentos) e a **Revolução Russa** de 1917 moldaram a forma de vida dos homens e formaram a *mentalidade liberal, materialista e laicista* dos nossos dias.

O Homem Moderno possui assim uma série de características: **a) desenraizado**; **b) hedonista**; **c) relativista**; **d) naturalista**; **e) imanentista**; **f) vive em constante neurose noogênica** (existencial, possui um *vazio de sentido*) e **f) busca algum tipo de espiritualidade no esoterismo ou ocultismo**. Vamos observar cada uma destas características que plasmadas e conjugadas formam a vida do Homem Moderno:

Desenraizamento – na Modernidade, os homens vivem como *átomos soltos e sem laços reais e profundos* (sem raízes fixadas no solo de um ambiente familiar e social). Esta é uma situação anômala. Em outras épocas, na Antiguidade e na Idade Média, havia um senso de vida comunitária; os indivíduos se desenvolviam a partir de um ambiente social e familiar com instituições bem estabelecidas. As famílias eram maiores e, geralmente, chefiadas por um líder (um *pater famílias*) ou protegidas por um chefe guerreiro (*senhor feudal*). Os homens medievais viviam majoritariamente no campo, nos feudos, onde trabalhavam, participavam das festas paroquiais, iam à Santa Missa. Havia, portanto, uma continuidade nesta vida familiar e comunitária (social).



Além disso, os homens eram religiosos e acreditavam na vida sobrenatural. Também na Idade Média, nas cidades, existiam organizações comunitárias e bem estáveis no ambiente urbano: as *corporações de ofício*. Por outro lado, os homens da Modernidade vivem desarraigados: os laços familiares e comunitários parecem voláteis, quando não totalmente inexistentes; as famílias formadas por muitos membros deram lugar ao fenômeno da “*família nuclear*”. Os homens parecem viver de forma isolada, fragmentada, sem valores claros e definitivos e sem sentido do sagrado. Os homens do século XX e XXI são como as plantas artificiais (incapazes de extrair a riqueza dos nutrientes do solo, ou os benefícios da Luz que vem do alto): não estão fincados num ambiente social com continuidade e não são membros do organismo sobrenatural (a Igreja).

Hedonismo – o Homem Moderno desenvolveu uma forma de vida baseada na busca incessante de prazer e, clara, numa negação do sofrimento: há comida em excesso, estímulos visuais em excesso, estímulos auditivos em excesso. Ao invés de buscar o sentido de transcendente e a finalidade sobrenatural de sua vida, os homens satisfazem suas pulsões mais inferiores e os instintos mais animais. O Homem Moderno se diferencia das civilizações antigas e, especialmente, da medieval, pois para ele o prazer é o gozo dos bens materiais e a atitude de confiança no progresso técnico.

Os homens nascidos neste contexto da civilização moderna vivem, portanto, uma forma de vida puramente exterior, sendo absolutamente incapazes de se interiorizar, de formar um conhecimento verdadeiro a respeito de si mesmos. Tudo é excessivo e a negação do prazer é visto como um mal terrível e intolerável. É possível observar que isto encontrou uma repercussão poderosa na esfera da sexualidade.

Relativismo – existe uma inclinação *subjetivista* e *relativista* na sociedade moderna. Para os modernos não há a verdade; tudo quanto existe é resultado de uma construção social. Ou

ainda a verdade é relativa a cada pessoa, ou a cada cultura ou sociedade. Para os relativistas não há verdade objetiva e nem valores absolutos (o que pode existir é uma convenção, um “consenso” de autoridades científicas ou uma mera convergência de ideias e opiniões). De forma resumida, podemos identificar as origens do relativismo e subjetivismo moderno em algumas figuras como: **a) Lutero** (que criou o princípio do “livre exame da Escritura”, segundo o qual, cada indivíduo pode interpretar a Bíblia à sua forma, prescindindo da Tradição e do Magistério da Igreja); **b) René Descartes**, o pai e fundador do Racionalismo Moderno, que afirmou a primazia do eu pensante em face da realidade (“penso, logo existo”); **c) Montesquieu** acabou defendendo o relativismo religioso e cultural ao afirmar que o imperador asteca Montezuma estava certo quando afirmou que a religião dos astecas era a melhor para seu povo, enquanto o catolicismo era o melhor para os espanhóis...; **d) Herder** (membro do idealismo alemão), um dos pais do *historicismo* e das tendências nacionalistas do século XIX, afirmava que havia um “Geist” (Espírito) que estruturava cada povo: cada Nação teria seus padrões culturais, sua língua, sua vida religiosa, que não deveriam ser julgados conforme valores universais; **e) David Hume**, um dos pais do ceticismo moderno que defendia a tradição e os costumes sociais britânicos, também afirmou que o sentimento era o último critério de valoração moral.



O Papa Bento XVI procurou denunciar com muito empenho e clareza a ditadura do relativismo que marca a nossa época.



Augusto Comte – o pai do Positivismo

Naturalismo – o Naturalismo é uma tendência que surgiu há, no mínimo, dois séculos. Podemos localizar suas origens na segunda metade do século XVII, mas ganhou força cultural especialmente no século XVIII (Era do Iluminismo). Trata-se de uma hipervalorização da Natureza (entendida aqui como mundo material, claro, mas também como o ambiente social e a estrutura física e matemática que fundamenta o universo material). No que se refere à religião, o Naturalismo se oriunda da concepção de que os seres humanos podem prescindir da ordem sobrenatural: o Mundo é visto como uma espécie de “máquina” que funciona conforme leis físicas (as Leis de Newton), de forma determinística, e, portanto, caberia aos homens compreender o funcionamento lógico-racional desta máquina. Os naturalistas não se preocupavam com a existência de um Deus transcendente que age no curso da história humana. Para eles, se houvesse um Deus, seria uma espécie de “Arquiteto”, “Demiurgo” ou “Relojoeiro” que criou a máquina do mundo e não interveria mais no funcionamento desta realidade. Esta visão de uma divindade distante, incerta, ausente e criadora de um mundo mecânico é chamada de Deísmo.

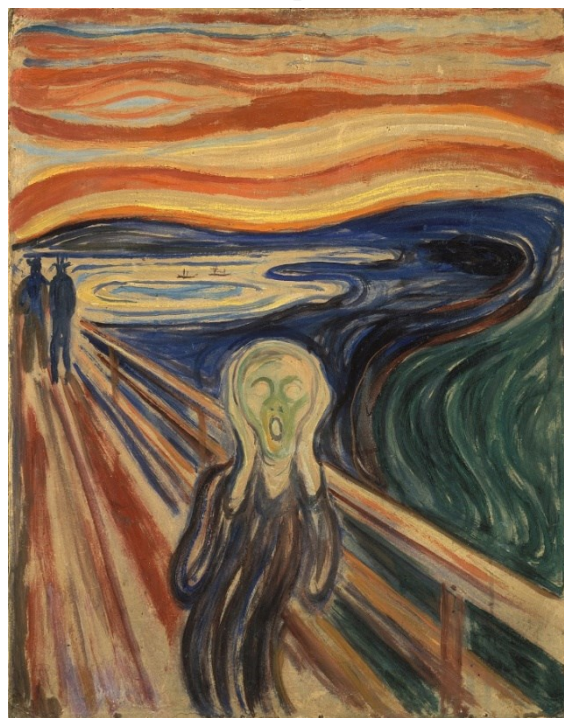
O Naturalismo expressou-se intelectualmente através do Racionalismo: uma valorização da Razão como único meio de conhecimento.

Imanentismo – este talvez seja o tema mais importante, central e dramático para compreendermos profundamente a situação do Homem Moderno. Imanência é um termo de origem latina: vem de *in* (*em, para dentro*) e *manere* (*permanecer*). O **Imanentismo** pode ser considerado como um tipo de pensamento filosófico/intelectual em que a *ideia de imanência* possui um papel fundamental. Como vimos, as ideologias – como o Positivismo de Comte, o Socialismo, o Liberalismo e as ideologias tecnocráticas e transumanistas – são imanentistas; ou seja, tais ideologias (humanistas) afirmam que a finalidade da vida humana estaria fixada e fincada tão somente neste mundo (no mundo material e na historicidade). Todavia, há uma questão que pode passar despercebida: sempre que o homem busca um sentido para sua vida, este sentido não pode ser imanente, mas, sim, **transcendente!**

É neste ponto que se torna possível vislumbrar o truque malicioso das ideologias: cada ideologia moderna criou uma espécie de *miragem*, pela qual os homens se tornam capazes dos maiores sacrifícios. O Positivismo de Comte defende uma felicidade fundada na sociedade tecnológica e administrada por cientistas (“novos sacerdotes”); para ele, em algum momento, a Sociedade chegará ao auge. O Idealismo e Iluminismo de Kant advoga a Paz Perpétua. Marx, a partir de sua análise das condições da sociedade industrial e capitalista, defendeu a sociedade igualitária que se realizaria através de uma revolução violenta: o Comunismo seria o último estágio do processo histórico (o fim da História). E, aproveitando-se desta expressão, até mesmo liberais como Francis Fukuyama, depois da Guerra Fria, falaram no “Fim da História”: o Triunfo de uma Nova Ordem Internacional, a Sociedade Liberal.

Em todas estas visões há um truque: estes autores, para usar um conceito de Eric Voegelin, *imanentizaram a escatologia* cristã: a ideia de um Fim dos Tempos, de um Apocalipse seguido do Paraíso foi “puxada” para este mundo natural puramente humano.

Carência de sentido – Apesar do truque mencionado acima, o imanentismo é, conforme o próprio Gramsci, um aspecto central da Modernidade e é essencial para o Marxismo. O imanentismo é a negação de um sentido objetivo, transcendente e sobrenatural para a vida humana. Ora, uma vez que o Homem Moderno vive uma busca constante de prazeres sensíveis nunca satisfeitos e que não possui um sentido claro e transcendente para a própria vida, consequentemente, em algum momento, será afetado pela sensação de vazio existencial.



*Quadro de Edvard Munch – O Grito
Em pleno apogeu da civilização industrial, o quadro expressa a situação paradoxalmente angustiante do Homem Moderno.*

Na Modernidade, os homens buscam autorrealização, sucesso profissional, acúmulo de dinheiro, etc., mas, no fim, não têm um sentido último desde o qual suas ações são ordenadas (não têm sentido). Há um descompasso entre o progresso material, vida moral e sentido da vida. Todo este quadro que foi esboçado nos revela que os homens da Modernidade, em algum momento, sofrem (ou sofrerão) pelo sentimento de vazio existencial (“complexo de sentido”), de frustração existencial – uma forma de neurose observada por Viktor Frankl.

A fuga para as pseudoespiritualidades e para o Esoterismo

– uma vez que, em algum momento, o homem sofre com o vazio de sua existência perante um mundo que nega o sobrenatural e que falsificou a História da Igreja e da Europa cristã, este homem, esmagado pelo peso de ideologias materialistas e entorpecido de ideias contrárias ao Cristianismo, tenderá a buscar alguma válvula de escape, procurará uma fuga em alguma forma de pseudoespiritualidade e misticismo, como meio de saciar sua sede de sentido, de vida sobrenatural. Em uma tentativa desesperada para realizar-se, para encontrar a finalidade ou sentido de sua existência, o Homem Moderno acaba caindo no erro do Esoterismo, do Gnosticismo ou na crença em Magia. Esta é uma das raízes do movimento esotérico e panteísta da **Nova Era (New Age)**.



Imagem de um integrante do movimento alemão “Reforma de Vida”.

Para corroborar este último ponto, basta observarmos um fato muito curioso, que às vezes parece passar despercebido: *quando surgiram os movimentos ocultistas, esotéricos e de religiões orientais* (com várias seitas e “sociedades secretas”)? No século XIX. O século XIX foi a época do advento da Revolução Industrial, das incontáveis invenções tecnológicas que transformaram o Ocidente, foi a época do Positivismo e do Cientificismo, assim como da negação da Metafísica. Foi exatamente nesta época que, ao mesmo tempo surgiram figuras como Madame Blavatsky, movimentos como o Orientalismo Alemão, seitas gnósticas e o movimento “**Lebensreform**” (“Reforma de Vida”) na Alemanha, que defendia um humanismo ecológico, contrário à Revolução Industrial, e que procurava valorizar um contato com a “Mãe Natureza”. O movimento Lebensreform possuía muitos elementos que depois foram retomados pelos hippies e pela New Age.

ATIVIDADES

1. Faça um resumo da primeira parte da aula (“As Duas Cidades”):
2. Quais são as características básicas do “Homem Moderno” ensinadas pelo padre Alfredo Saenz?



AULA 18

HISTÓRIA DO BRASIL: O PRIMEIRO REINADO

I

A INDEPENDÊNCIA E A COROAÇÃO DE DOM PEDRO I



Crise com Lisboa –

Como vimos em aula anterior, as **Cortes de Lisboa** pressionaram Dom João VI contra o crescimento e elevação do Brasil ao *status* de Reino Unido; no fundo, estes portugueses liberais desejavam que o Brasil voltasse à sua velha situação provincial.



Dom Pedro I na sacada do Palácio – representação de Debret.

A situação era muito delicada: Dom João VI, em Portugal, era pressionado pelas Cortes. No Brasil, os brasileiros exaltavam-se com as pretensões de Lisboa e pressionavam Dom Pedro. Além disso, os políticos liberais e maçons das Cortes exigiam o retorno imediato do Príncipe-Regente D. Pedro para Lisboa.

Em 09 de dezembro de 1821, chegava ao Rio de Janeiro, o navio Infante D. Sebastião. O navio trazia dois decretos de Lisboa:

O primeiro decreto suprimia os tribunais mais importantes do Rio de Janeiro.

O Segundo decreto determinava que o Príncipe transferisse sua autoridade para uma junta governativa e, assim, voltasse o quanto antes para Portugal.

Os brasileiros ficaram ansiosos e preocupados com o curso de tais acontecimentos. Em 10 de dezembro, um grupo reuniu-se na casa do advogado Joaquim José da Rocha a fim de persuadir o príncipe lusitano a permanecer no Brasil. Entre tais brasileiros, destacava-se **Joaquim Gonçalves Ledo** (responsável pelo jornal *O Revérbero Constitucional Fluminense*); também se destacavam figuras como: Januário da Cunha Barbosa, frei Francisco de Sampaio,

José Clemente Pereira, Luís Pereira da Nóbrega, Antônio de Meneses Vasconcelos de Drumond, Paulo Barbosa da Silva, etc.



Dom Pedro I

Em 1 de janeiro de 1822, Dom Pedro recebia uma correspondência oficial da junta provisória do Governo da Província de São Paulo. No documento solicitava-se que o príncipe permanecesse no Brasil.

O Dia do Fico – Em 09 de janeiro de 1822, um documento redigido por frei **Francisco de Sampaio** (e assinado por 8 mil pessoas) foi lido no paço da cidade de São Paulo e terminava afirmando: “*O navio que reconduzir o Príncipe Real, aparecerá, no Tejo, com o pavilhão da Independência do Brasil.*”

As palavras tiveram efeito poderoso e Dom Pedro respondeu no mesmo dia: “*Convencido de que a presença da minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a nação portuguesa, e conhecendo que a vontade de algumas províncias assim requer, demorarei a minha saída até que as cortes e meu augusto pai deliberem a este respeito com inteiro conhecimento das circunstâncias...*”. Além disso, D. Pedro fez a seguinte declaração: “*como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico.*”!

Conflitos com os portugueses partidários das Cortes de Lisboa – Em 11 de janeiro, uma divisão militar de portugueses (formada por 2 mil homens), estacionada no porto do Rio de Janeiro, tentou capturar e prender o Príncipe-Regente Dom Pedro; foi impedida, contudo, por forças militares brasileiras, lideradas pelo general Joaquim Xavier Curado. No dia 12 de janeiro, José Bonifácio de Andrade (ministro do Reino) fez publicar um decreto convocando um Conselho de representantes das províncias do Brasil. Bonifácio tinha a intenção de conseguir todo apoio possível para a causa de Dom Pedro.



Dona Maria Leopoldina,
esposa de Dom Pedro I

Em 21 de fevereiro foi lançada um decreto determinando que todas as leis que viessem de Portugal deveriam ser autorizadas pelo príncipe-regente. Quem muito apoiou e envolveu-se na redação e publicação deste decreto foi dona **Maria Leopoldina** – que estimulava Dom Pedro, seu marido, a realizar o processo de independência do Brasil.

A crise entre Brasil e Portugal alargava-se e ficava mais profunda. Em 7 de março, Portugal proibiu o envio de armas e munições para o Brasil; Dom Pedro, entretanto, desconsiderou a determinação e facilitou o envio e desembarque de armas nos portos brasileiros, de forma que o visto e aprovação formal de Portugal não fosse necessário.

Em meio aos desmandos de Lisboa, em províncias como Minas Gerais, os brasileiros ameaçavam iniciar uma rebelião contra Portugal. Dom Pedro, para evitar o perigo de uma revolução separatista, partiu para Minas Gerais em 25 de março. Cerca de um mês depois, voltou para o Rio de Janeiro, onde foi recebido festivamente pelo povo. Em 30 de janeiro,



José Bonifácio de Andrada
e Silva

Joaquim Gonçalves Ledo (em seu jornal *O Revérbero Constitucional Fluminense*) publicou um artigo apelando ao príncipe-regente que proclamasse a independência do Brasil.

Portugal continuava ameaçando o Brasil com a possibilidade do envio de tropas militares para atacar o litoral brasileiro. Dom Pedro foi informado de que as Cortes de Lisboa enviariam tropas para o Brasil e, em resposta, mandou publicar em 1 de agosto um decreto que determinava: todas as tropas portuguesas (ou de outras nações) que desembarcassem no litoral brasileiro sem aviso ou autorização prévia, seriam tratadas como inimigas. Ainda no mês de agosto, com os ânimos exaltados, Dom Pedro teve de viajar para São Paulo para resolver problemas políticos; assim, deixou a regência sob responsabilidade de sua esposa, Dona Leopoldina.

A fama e a importância de Dom Pedro I para o povo brasileiro tornavam-se patentes, conforme o príncipe-regente percorria várias regiões e fazendas de São Paulo: o povo o saudava e aclamava, recebendo-o com muita alegria e muito festejo. Em 25 de agosto de 1822, adentrou no centro de São Paulo com seus homens e foi recebido pela Câmara de São Paulo e pelo bispo diocesano **Dom Mateus de Abreu Pereira**. Com o bispo, foram feitas orações diante do altar e a comitiva seguiu para a Sé.



Dom Mateus de Abreu Pereira –
quinto bispo de São Paulo (1795 até
1824. Confirmado bispo pelo Papa
Pio VI. Foi sob seu bispado que se
destacou a figura de Frei Galvão.

Na Sé, em ação de graças, se cantou o ***Te-Deum*** e, enfim, o príncipe recolheu-se ao palácio (no Colégio dos Jesuítas). De acordo com o historiador Mário da Veiga Cabral: “*À noite iluminou-se a cidade; bandas de música tocavam em coretos, e outras percorriam as ruas [...] e o movimento ruidoso da gente, deram à cidade um aspecto feérico e uma nota de intenso júbilo. – No dia seguinte houve cortejo e beija-mão, recebendo o príncipe os cumprimentos e homenagens que se lhe iam levar...?*”.



O Grito do Ipiranga

O Grito do Ipiranga – Em São Paulo, Dom Pedro notou que o povo paulistano estava firme em sua resistência contra as Cortes de Lisboa, mas comprometido em se manter fiel ao governo do Rio de Janeiro (que representava os interesses do Brasil). Mostrando sua autoridade, Dom Pedro tomou uma série de medidas: **a)** *dissolveu a junta governativa de São Paulo e se encarregou de que homens de confiança e de acordo com a lei assumissem o governo interino da província;* **b)** *escolheu como comandante de armas de São Paulo, o marechal Cândido Xavier de Almeida e Sousa;* **c)** *mandou reforçar as tropas militares em Santos e São Sebastião;* **d)** *deu ordens à Câmara e aos funcionários públicos que agissem de acordo com suas ordens;* **e)** *recomendou aos paulistas que se recordassem de suas origens familiares e suas tradições, mantendo a harmonia e a ordem na província.*

Depois de tais resoluções, Dom Pedro quis visitar a vila de Santos, seguido de uma comitiva, passou na marinha no dia 6 de setembro e, no início do dia 7 de setembro, pôs-se a caminho de volta para a capital de São Paulo. Estava se aproximando da região do rio Ipiranga, quando emissários lhe entregaram correspondências de José Bonifácio e Maria Leopoldina; as cartas informavam que as Cortes de Lisboa pretendiam reagir contra o Brasil.

Após ler as cartas de sua esposa e de Bonifácio, Pedro refletiu e disse: “*tanto sacrifício feito por mim e pelo Brasil inteiro... e não cessam de cavar a nossa ruína!*” ...E, desembainhando sua espada e a erguendo, gritou: “*‘É tempo... Independência ou morte! Estamos separados de Portugal’*”.



Em 12 de outubro, Dom Pedro é aclamado imperador do Brasil.

Aclamação e coroação de Dom Pedro I como Imperador – Com a proclamação de Independência do Brasil, Dom Pedro tomou uma série de cuidados para manter a união das províncias ao governo do Rio de Janeiro. No momento, Dom Pedro preocupava-se em manter a fidelidade das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco.

No dia 12 de outubro de 1822, houve a **Aclamação de Dom Pedro como Imperador Constitucional** do Brasil. O Brasil nascia assim como uma **monarquia constitucional**. A unidade territorial e nacional do Brasil era mantida graças ao regime monárquico.

De acordo com o historiador Mário Veiga Cabral: “Ao ser aclamado Imperador Constitucional do Brasil, disse D. Pedro: ‘*Aceito o título de Imperador Constitucional do Brasil, porque, tendo ouvido o meu Conselho de Estado e de procuradores das Câmaras das diferentes províncias, estou intimamente convencido que tal é a vontade geral...*’”

A Guerra de Independência contra Portugal – Entre os anos de 1822 e 1824, Dom Pedro liderou a Guerra de Independência contra as tropas portuguesas que atacavam as costas litorâneas do Brasil na Bahia, em Pernambuco, além de rebeliões de tropas ou grupos lusitanos favoráveis ao governo de Lisboa. Focos de resistência ao processo de Independência levantaram-se nas províncias da Bahia, Maranhão, Grão-Pará, e havia o problema grave com

a Cisplatina (Uruguai). Dom Pedro I obteve a vitória e manteve a integridade e unidade do território brasileiro.



Coroação de Dom Pedro I

O governo português, contudo, aceitou a independência do Brasil em 29 de agosto de 1825, mediante uma indenização. O Tratado de Paz e Aliança confirmou o reconhecimento português da independência do Brasil.

ATIVIDADE

1. Faça uma redação resumindo o conteúdo desta aula.



AULA 21

O DECLÍNIO DO PRIMEIRO REINADO

I

A GUERRA DA CISPLATINA



Além das dificuldades políticas no Rio de Janeiro e da revolta da Confederação do Equador no Nordeste, o governo de Dom Pedro I foi abalado pela guerra do sul, o que causou a perda da região da *Cisplatina*. O território do Uruguai havia sido incorporado ao Brasil em 1821, sendo chamado de *Província da Cisplatina*. Contudo, uma insurreição teve início a partir de 1825, com apoio de Buenos Aires.



A Argentina tinha a pretensão de incorporar o território aos seus domínios territoriais; por isso, Buenos Aires apoiou o movimento contra o Brasil.

Os traidores e chefes da insurreição – Em 19 de abril de 1825, contando com o apoio do coronel *Frutuoso Riviera*, o coronel *João Antônio Lavaleja* e outros 32 oficiais desembarcaram na margem esquerda do rio Uruguai, numa região chamada *La Agraciada*. Com apoio de *Miguel Caleras*, Lavaleja constituiu um **governo provisório, organizou um Congresso** que decretou a independência do Brasil e sua anexação aos territórios argentinos (que na época chamava-se de *Provincias del Rio de la Plata*).

Os uruguaios de Lavaleja atacaram as tropas brasileiras (lideradas por Bento Ribeiro) e obtiveram uma vitória em 12 de outubro. O governo das *Provincias del Rio de la Plata* que



João Antônio Lavaleja

efusivamente declarou a anexação da **Província Oriental** (*Cisplatina*) a seus domínios. O governo brasileiro foi informado da política do governo de Buenos Aires e prontamente se ergueu para defender seus direitos.

Uma esquadra brasileira, comandada pelo vice-almirante Ferreira Lobo, bloqueou o Rio da Prata e obteve vitórias significativas contra frotas argentinas. O próprio Dom Pedro I viajou para a região, a bordo de seu navio D. Pedro, e acompanhado por mais 6 navios de guerra. A presença do próprio imperador do Brasil na região, animou os brasileiros e intimidou o inimigo. Entretanto, Dom Pedro I teve de retornar ao Rio de Janeiro em 1826, por causa de um triste fato que comoveu a Nação: a imperatriz Dona Leopoldina havia falecido.



Marquês de Barbacena

O **Marquês de Barbacena** ficou como responsável em comandar as naus e o exército brasileiros. A situação era delicada e os uruguaios e argentinos estavam firmes e obstinados. Em 20 de fevereiro de 1827, o Marquês de Barbacena, com apenas 5007 soldados, liderando uma batalha de mais de 6 horas, foi obrigado a recuar em direção ao Rio Grande do Sul.

A frota naval brasileira e as costas litorâneas do Rio Grande do Sul também sofreram ataques de piratas (corsários) argentinos, que atacavam e depredavam regiões. A guerra platina prosseguiu até que o **Capitão James Norton** (militar britânico, que apoiava e lutava ao lado do exército brasileiro) obteve uma vitória sobre os argentinos, na região do rio Paraná.



Lavaleja e o juramento dos trinta e três soldados orientais – os revoltosos usavam símbolos ligados ao movimento revolucionário. Note no centro do quadro a simbologia do tricolor da revolução francesa.



Frutuoso Rivera

O desgaste da guerra e as negociações – Em 1827, havia um desgaste de ambos os lados. Isto levou o presidente de Buenos Aires (*Bernardim Rivadária*) a enviar seu ministro e diplomata, Manuel Garcia ao Rio de Janeiro para entrar em negociações com o governo imperial de Dom Pedro.

O governo argentino desejava negociar com o Brasil, mas não havia solução clara: os argentinos diziam que a região Cisplatina era sua por direito e, por outro lado, o governo brasileiro afirmou que nunca havia aceitado tal situação. Foi neste contexto político que a Inglaterra fez uma intervenção, tendo em vista solucionar o impasse: um tratado de paz foi elaborado e, conforme estipulava, a Província da Cisplatina, se tornaria um país independente (*a República Oriental do Uruguai*).

O tratado foi aceito pelo governo brasileiro e pelo argentino em 1828. A independência do Uruguai estava consolidada em 1829. Esta foi a maneira mais sensata para pôr fim ao conflito. Entretanto, muitos recursos econômicos, humanos e financeiros foram gastos na guerra platina. O governo de Dom Pedro I saiu extremamente fragilizado desta situação.

Alguns historiadores enfatizam a influência dos britânicos sobre as negociações do tratado de paz. No século XIX, a Inglaterra era a grande potência industrial e comercial da Europa. Os britânicos tinham seus interesses na América Latina.

ATIVIDADE

1. Faça um resumo da aula.



AULA 26

A REGÊNCIA UNA: DE FEIJÓ A ARAUJO LIMA

I

A REGÊNCIA UNA DE FEIJÓ



Crise do Governo Regencial e o fim da Regência Trina Permanente – Como vimos na aula anterior, da abdicação de Dom Pedro I, em abril de 1831,

até a primeira etapa do governo regencial (por volta de 1834 e 1835), o Brasil foi lançado ao caos das contendas partidárias e dos facciosismos. Além disso, as forças descentralizadoras e movimentos separatistas (inspirados, muitas vezes no *republicanismo*, no *liberalismo* e no *federalismo*) colocavam em perigo a integridade e a unidade do Brasil.

Nos primeiros anos da Regência (1831-1835), uma série de revoltas tomaram conta da nação: a **revolta do Major Frias**, a **Setembrada**, a **Novembrada**, a **Abrilada**, a **Insurreição do Crato**, **Levante de Ouro Preto**, **Revolta das Carrancas** e a **Revolta dos Malês**. Na segunda etapa do período regencial, novos levantes, movimentos separatistas e insurreições locais ergueram-se contra a autoridade dos regentes: a **Sabinada** (1837-1838), a **Cabanagem** (1835-1840), a **Balaiada** (1838-1841) e a complexa **Farroupilha** (1835-1845).

Um fato importante é que depois de 1834, restavam duas grandes facções no país: os moderados (dentre os quais estava Diogo Feijó) e os exaltados (defensores do republicanismo). A facção dos restauradores acabou desaparecendo ou aliando-se com os moderados, após a morte de Dom Pedro I.



Diogo Feijó

O Ato Adicional e a Regência Una – O ministro da Justiça Diogo Feijó havia estabelecido a Guarda Nacional, mas, politicamente, o governo da Regência Trina Permanente estava profundamente fragilizado, sendo resignado ao poder e influência da Câmara e em força moral para conduzir a solução de tais problemas. Um governo centralizador e forte parecia impor-se como forma de resolver a situação. Foi assim que em **12 de agosto de 1834**, os deputados da Câmara votaram a favor do **Ato Adicional de 1834**, pelo qual ficava determinado o estabelecimento de uma **Regência Una**.

Os principais pontos do **Ato Adicional de 1834**:

Criação e organização de Assembleias Legislativas nas províncias do Império:

“cada uma das Assembleias Legislativas Provinciais constará de 36 membros nas províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo...”; “Compete às mesmas Assembleias Legislativas Provinciais: 1) sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica das províncias e mesmo sobre a mudança de sua capital para o lugar que convier; 2) sobre a instrução pública e os estabelecimentos para promovê-la (...); 3) sobre a fixação das despesas municipais e provinciais e os impostos para elas necessários”... etc.

Extinção do Conselho de Estado: “fica suprimido o Conselho de Estado” (que era tratado na Constituição de 1824).

Estabelecimento da Regência Una: na ausência do imperador e de um parente, “*será o Império governado, durante sua menoridade, por um Regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro anos. (...) A atual regência [trina] governará até que tenha sido eleito, tomado posse, o Regente...*”.

O *partido exaltado* e o *moderado*, disputando o poder, apresentaram os seus candidatos para eleição: os exaltados apresentaram a figura duvidosa de Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti; por outro lado, os moderados apresentaram o paulista Diogo Feijó (ex-ministro da Justiça) como seu candidato. Com a maioria dos votos, foi eleito ao cargo Diogo Feijó (dos moderados).

Feijó tomou posse do cargo em 12 de outubro de 1835 e iniciou, assim, a Regência Una. Seu governo perdurou de 12 de outubro de 1835 até 19 de setembro de 1837. Dos antigos membros da Regência Trina Permanente, havia falecido Braúlio Muniz; José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre) retirou-se para São Paulo; e Francisco de Lima e Silva foi beneficiado com uma pensão anual.

A Regência de Diogo Feijó – O governo regencial de Diogo de Feijó pode ser caracterizado pelos seguintes aspectos:

a) resolver a questão religiosa; **b)** dominar e superar o problema da província do Grão-Pará (a **revolução paranaense da Cabanagem**); **c)** enfrentar o problema da Revolução do Rio Grande do Sul (Farroupilha); **d)** enfrentar uma dura oposição na Câmara dos Deputados.



Diogo Feijó – ministro da Justiça, senador e regente do Brasil. Era um homem firme, de convicção e personalidade forte. Politicamente, Feijó foi um liberal moderado com tendências conservadoras. Sua administração foi cercada de problemas políticos, característicos da época.

Entre todos estes problemas, o maior e mais complexo desafio era a Farroupilha; por outro lado, foi o problema com a oposição na Câmara que levou Feijó a renunciar o poder em 1837.



Na época do Império e do governo regencial, a província do Grão-Pará correspondia aos territórios dos atuais estados da Amazônia, Amapá, Roraima, Rondônia e parte do Mato Grosso. Foi nesta província que eclodiu a Cabanagem.

Sobre a questão religiosa: Feijó era uma figura complexa e ambígua do ponto de vista da religião: era um partidário de ideias liberais e constitucionalistas, além disso, era um seguidor de ideias modernistas a respeito da Igreja. Em 1833, com a morte do bispo do Rio de Janeiro (Dom Caetano da Silva Coutinho), o governo da Regência Trina indicou como novo bispo a figura de **Antônio Maria de Moura**. Contudo, Antônio Maria de Moura era um defensor do fim do celibato sacerdotal e por isto a Santa Sé recusou-se em aceitar a sua indicação, o que causou um problema diplomático entre a Santa Sé e a Regência.

O problema com relação à Cabanagem e ao Rio Grande do Sul: a Regência de Feijó foi muito conturbada, sendo que, de forma geral, podemos dizer que sua administração não foi capaz de superar o

problema das duas maiores revoluções da época, que ameaçavam a integridade do Brasil: a *Cabanagem* e a *Farroupilha*.

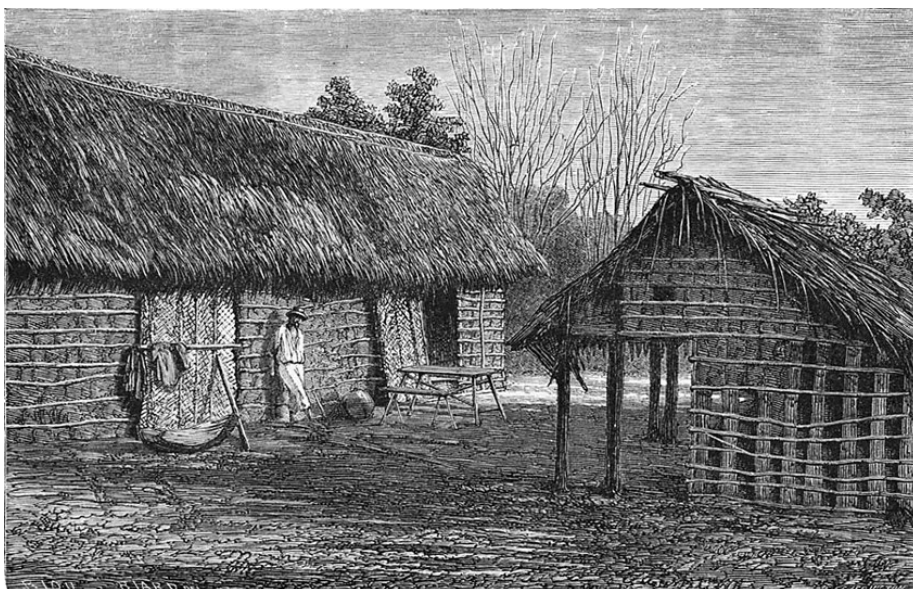
A Cabanagem – Não obstante os esforços empreendidos pelo governo regencial na província do Grão Pará, a anarquia, a revolta e a resistência continuaram a ser insuflada por líderes locais como **Francisco Pedro Vinagre** e **Eduardo Argelin**. Como vimos, esta revolta teve grande proporção e se alastrou pela província durante anos. A crise no Grão Pará já vinha desde a época da abdicação de Dom Pedro I, sendo que havia certa inclinação entre as lideranças para o separatismo. A Cabanagem foi um movimento de caráter separatista, republicano e com cunho popular (envolvendo os “cabanos”, população de origem modesta, que vivia em casas humildes à beira de rios).



Brigadeiro Francisco de Sousa Soares de Andrea

Os habitantes do Grão-Pará entraram em conflito com o presidente da província, que havia sido escolhido pela Regência Trina Provisória. Havia na época o papel da imprensa: a mídia impressa era o meio pelo qual ideias revolucionárias difundia-se entre setores da população. Na época havia o jornal “*A Sentinela Maranhense*”.

O presidente provincial **Bernardo Lobo de Sousa** foi eliminado pelos criminosos e revolucionários. O primeiro governo dos cabanos foi entregue a *Félix Antônio Malcher*, que teve uma atitude mais moderada com relação ao Império (querendo manter o vínculo entre o Grão-Pará e o Rio de Janeiro). Malcher foi considerado um traidor e foi assassinado.



A Cabanagem foi uma das maiores insurreições do Brasil durante o período regencial. Ainda hoje, o movimento, assim como o período regencial, não é devidamente estudado em todas as suas nuances. Olhando de forma mais abrangente, esta insurreição fez parte de um conjunto de revoltas que ameaçou a unidade nacional do Brasil.

Posteriormente, *Francisco Pedro Vinagre* e *Eduardo Argelin* tomaram o poder e a liderança do movimento.

Com relação ao problema da Cabanagem, a Regência Una de Diogo Feijó procurou reprimir o movimento revolucionário ao enviar o *brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andrea* para o Grão-Pará. O brigadeiro Soares de Andrea conseguiu retomar a cidade de Belém, que havia sido desocupada pelos cabanos ao recuar para o interior, onde se reorganizaram contra as tropas imperiais. Com efeito, o conflito só cessou em 1840.



Alegoria Farrroupilha (do Museu Júlio de Castilhos) – a linguagem revolucionária e maçônica foi utilizada na Guerra dos Farrapos. Acima vemos o “olho da providência” dos maçons; no centro o barrete frígio (símbolo da Revolução Francesa). No topo de duas colunas vemos a representação do deus Marte e de Belona. com a cobrança de impostos sobre o charque gaúcho; d) influência de sociedades secretas como a Maçonaria e a Carbonária.

A Guerra dos Farrapos – A mais séria das revoltas, durante a regência de Diogo Feijó (assim como de Araújo Lima e, depois, sob reinado de Dom Pedro II) foi a **Guerra dos Farrapos (Farroupilha)**. Esta revolução eclodiu em 20 de setembro de 1835 motivada pelos seguintes fatores: **a)** a influência de ideias revolucionárias no Rio Grande do Sul (liberalismo, republicanismo, etc.); **b)** influência política da independência do Uruguai (Cisplatina) e da independência dos países da América Espanhola (especialmente da Argentina); **c)** insatisfação com o governo central (regencial) e

A Guerra dos Farrapos envolveu emoções e ainda exerce um impacto e poder sobre o imaginário rio grandense. Como vimos, logo acima, há cerca de quatro fatores que impulsionaram a rebelião regencial, destacando-se a atuação de sociedades como a **Carbonária** (uma “sociedade secreta” de origem italiana, vinculada aos maçons).

Entretanto, um dos motivos mais influentes e impactantes foi a **excessiva e injusta cobrança de impostos exercida pelo governo regencial**. A principal atividade econômica do Rio Grande do Sul era a **criação de gado** e a **venda de charque** (carne salgada), alimento consumido pelos escravos e pela população de forma geral. Foi no final do século XVIII que surgiram as primeiras *charqueadas* (onde se preparava e salgava a carne), que passaram a abastecer o Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, etc.



Charqueada do Brasil de Jean-Baptiste Debret



Bento Gonçalves da Silva

Nas charqueadas era empreendido o trabalho escravo. A preparação do charque era feita de forma simples e rudimentar: os bois eram mortos a céu aberto e o processo de secagem da carne também era feito ao ar livre. No final do século XVIII e início do XIX, havia surgido na região sul do Brasil um verdadeiro mercado interno. Contudo, o charque do Rio Grande do Sul sofria a concorrência e competição do charque da Argentina e do Uruguai: o charque do Rio Grande do Sul produzia 25% de impostos, enquanto o charque uruguaio e argentino pagava 4%.

Os estancieiros, charquedores e comerciantes rio-grandenses acusavam o governo regencial por seus infortúnios e dificuldades econômicas: desejavam que o governo adotasse uma política de protecionismo econômico. A situação se agravou quando o governo regencial nomeou, em 1834, *Antônio Rodrigues Fernandes Braga*, que impôs novas taxas para a região e iniciou a organização das guardas municipais.

Em 20 de setembro de 1835 (mesmo ano em que eclodia a Cabanagem), o espírito de rebelião agitou o Rio Grande do Sul: o líder da rebelião foi **Bento Gonçalves da Silva**. O presidente da Província teve de recuar de Porto Alegre para a cidade de Rio Grande e, depois, partiu para o Rio de Janeiro. O regente Diogo Feijó enviou *José Araújo Ribeiro (Visconde do Rio Grande)* como novo presidente do Rio Grande do Sul.

O novo líder José Araújo Ribeiro (**Visconde do Rio Grande**) era um espírito conciliador e diplomático. Uma vez estabelecido na cidade de Rio Grande, travou negociações com os líderes da revolução e trouxe alguns para seu lado – formando, desta forma, as **forças legalistas** – como o general *Bento Manuel Ribeiro*. Portanto, o conflito prosseguia entre **separatistas** e **legalistas**.

A guerra prosseguiu por 10 anos, com avanços e recuos. No geral, as grandes cidades do Rio Grande do Sul não apoiaram os revoltosos e insurretos contra a Regência. Por outro lado, foi proclamada a **República de Piratini**: em 11 de setembro de 1836, durante a regência de Feijó, como consequência de uma vitória obtida na **Batalha de Seival** (1836), as forças separatistas (representadas pelo general **Antônio de Sousa Neto**) proclamaram a República. O líder do movimento **Bento Gonçalves da Silva** foi aclamado em 6 de novembro como presidente da República de Piratini. Contudo, nesta circunstância, Bento Gonçalves estava preso pelas forças regenciais e legalistas na Bahia; assim, os separatistas proclamaram, como presidente interino, José Gomes de Vasconcelos.



Cavalaria farroutilha

Tanto a revolta da Cabanagem quanto a Guerra dos Farrapos eclodiram em 1835. A luta no Rio Grande do Sul foi a mais longa das revoltas nas Regências. Em 10 de setembro de 1837, mais um fato abalou a administração e o governo de Diogo Feijó: o líder rio-grandense **Bento Gonçalves da Silva** fugiu da prisão, voltando para o Rio Grande do Sul e assumindo a presidência da **República de Piratini**.

Além dessa grave falha, o governo de Feijó havia cometido outros erros: **1) substituiu o conciliador José de Araújo Ribeiro pelo general Antero José Ferreira de Brito na presidência da província; 2)**

Feijó mandou soltar os chefes rebeldes (presos no Rio de Janeiro); 3) a fuga de Bento Gonçalves da prisão e seu retorno para o Sul.

A fuga do Bento Gonçalves foi um grande abalo ao governo e a oposição pressionou o regente de tal forma que em 19 de novembro de 1837, Diogo Feijó renunciou ao cargo de regente e o passou ao senador **Pedro de Araújo Lima** (Marquês de Olinda).

A Guerra dos Farrapos só foi concluída em 1845, sob governo de Dom Pedro II.

II

A REGÊNCIA DE ARAÚJO LIMA

A Regência de Araújo Lima (de 19 de setembro de 1837 até 23 de julho de 1849) – Araújo Lima substituiu o padre Diogo Feijó no governo regencial e foi efetivado como regente em 1838. Assim como nos governos anteriores, Araújo Lima teve de enfrentar dificuldades políticas, mas empenhou-se em reorganizar o país e pacificar os conflitos.

A regência de Araújo Lima destacou-se pelos seguintes aspectos:

Foi durante sua gestão que ocorreu a morte de José Bonifácio de Andrada e Silva em 1838.

*A abertura das aulas no **Colégio Pedro II**.*

*Em 21 de outubro de 1838, foi estabelecido e instalado, com as devidas solenidades, o **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**.*

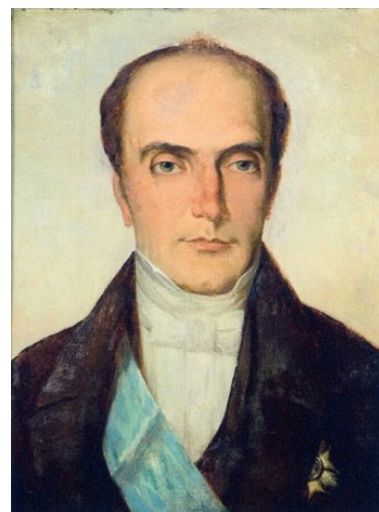
Entre 7 de novembro de 1837 e março de 1838, explodiu a Sabinada (liderada por Francisco Sabino) – que tentou proclamar a República da Bahia.

*Entre 1838 e 1840, eclodiu no Maranhão a **Balaçada**.*

*O prolongamento da Guerra dos Farrapos e, em 23 de julho de 1839, a conquista da vila de Laguna, em Santa Catarina, pelos separatistas. Os revoltosos foram apoiados por uma pequena frota de **Giuseppe Garibaldi**. Foi proclamada em Santa Catarina a República Juliana, cuja capital foi estabelecida em Laguna. Em 15 de novembro do mesmo ano, as forças governistas de Araújo Lima conseguiram retomar Laguna e a província de Santa Catarina.*

A Declaração da Maioridade e o Fim da Regência –

Em 1840, os temores da fragmentação e desagregação da nação eram patentes. A agitação que envolvia o país causava receios e alarmava os espíritos. A época das regências mostrava-se conturbada e repleta de dificuldades. As energias nacionais



Regente Araújo Lima



José Martiniano de Alencar (pai do escritor José de Alencar) foi o responsável pela criação do Clube da Maioridade.

pareciam esgotar-se em vão. A Farroupilha se prolongava no sul do país e não dava sinais de um desfecho.

Havia duas correntes políticas no país neste contexto: a) *os conservadores* e b) *os liberais*. Os conservadores desejavam aguardar a maioridade do Imperador Pedro II e defendiam a Regência. Os liberais, por seu lado, passaram a defender a antecipação da maioridade do Imperador.

É verdade que existia entre várias camadas da população comum e entre os políticos, toda uma expectativa com Pedro II (símbolo da unidade do Império). Foi assim que os liberais, em 1840, passaram a fazer campanha e a defender a declaração de maioridade do Imperador Pedro II, que contava com apenas 14 anos e 7 meses. O jovem Pedro II, aos 14 anos, já era uma figura brilhante: inteligentíssimo, com maturidade, prudência e sensatez (qualidade excepcionais para um jovem).

Em 15 de abril de 1840, os partidários da maioridade (***majoristas***) fundaram um *Clube da Maioridade*, que tinha a finalidade de defender e trabalhar para que Pedro II assumisse o governo o quanto antes.

Uma comissão foi enviada ao jovem Imperador para o questionar se desejava assumir: “*Viva a maioridade de Sua Majestade, o Imperador*”. Ao que o Imperador teria respondido: “*convoque as Câmaras para amanhã*”.

As Câmaras foram convocadas em 23 de julho de 1840 e, com grande entusiasmo dos políticos e partidários da maioridade, foi proclamada a maioridade do jovem Imperador, que prestou juramento constitucional. Assim, se colocava um final ao período das Regências e tinha início o Segundo Reinado.



Em meio aos conflitos e problemas da Regência, por meio de uma campanha e estratégia político, se antecipou a maioridade de Dom Pedro II. Em julho de 1840, terminava a Regência e se iniciava o Segundo Reinado.

ATIVIDADES

1. Cite os nomes das primeiras revoltas do período regencial.
2. O que foi o Ato Adicional de 1834? O que ele determinava?
3. Como poderíamos caracterizar o governo regencial de Diogo Feijó?
4. Comente sobre a Cabanagem.
5. Quais as causas da Guerra dos Farrapos? Explique.

6. Quais as causas da Regência de Diogo Feijó?

7. Quais os principais pontos pelos quais podemos caracterizar e descrever a Regência de Araújo Lima?

8. O que foi a defesa da Maioridade? Quem fundou o *Clube da Maioridade*? A campanha pela maioridade foi bem-sucedida?



AULA 29

A ECONOMIA CAFEICULTORA E A GUERRA DO PARAGUAI

I

INTRODUÇÃO: O CAFÉ



desenvolvimento da vida política e econômica no Brasil – Durante o século XVI e XVII, o centro político, social e econômico do Brasil estava situado na região Nordeste; inclusive a capital estava estabelecida em Salvador. Entretanto, no século XVIII, ocorreu um processo de deslocamento: em Minas Gerais descobriu-se ouro e diamantes (arraial do Tijucu). Com tal fato, houve um processo migratório: muitos reinóis da região nordeste se deslocaram para as terras das Minas e, em 1763, o Rio de Janeiro se transformou na capital do Brasil. O centro político e econômico deslocava-se para a área do Sudeste.



Francisco de Melo Palheta, o introdutor do café no Brasil



Primeiras Mudras de Café – obra do pintor italiano Alfredo Norfini

No início do século XIX, se desenvolveu o cultivo e a produção do café, tendo em vista a exportação para a Europa. A introdução do café no Brasil, contudo, datava do século XVIII: foi **Francisco de Melo Palheta** que introduziu o café na região do Grão-Pará, em 1727. Posteriormente, o café chegou, ainda na segunda metade do século XVIII, ao Rio de Janeiro. Nesta época, seu cultivo ainda era uma prática doméstica e não um processo

organizado, tendo em vista uma produção de larga escala para exportação.

Foi no século XIX, na região do vale do Paraíba, que se desenvolveu e expandiu a produção do café com fins comerciais. A região do vale do rio Paraíba, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, era propícia e preparada de forma providencial: formada por uma série de trilhas que davam acesso a Minas Gerais, além da proximidade com o litoral do Rio de Janeiro, que permitia o escoamento do bem-agrícola.

A produção do café ocorreu através da organização de grandes propriedades agrícolas (a plantation), baseadas no trabalho escravo. Famílias de antigos comerciantes do Vale do Paraíba possuíam uma posição estratégica e bem situada, com vastas terras que foram organizadas para exportação de café. A organização da fazenda de café era um investimento e uma obra trabalhosa: era necessário derrubar áreas de mata, preparar a terra, organizar as instalações e os trabalhadores escravos e realizar todo o processo de plantio.

É bastante provável que tal desenvolvimento também foi facilitado pela vinda da Família Real Portuguesa, com Dom João VI no Brasil: *a abertura dos portos, as reformas e ampliações de infraestrutura* no Rio de Janeiro e *o desenvolvimento comercial* dados ao Brasil pelo grande estadista do Reino Unido. Além disso, muitos nobres que acompanharam a Família Real ao Brasil receberiam terras de Dom João VI, de modo que ocorreu um processo de interiorização durante este período.

No início, antes do estabelecimento das ferrovias, o transporte da mercadoria era feito por burros, guiados por escravos. O café levado em sacos pelas tropas de burros era transportado do Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro. Nos portos (a princípio no Rio de Janeiro, depois também em Santos), havia a figura do comissário: um intermediário entre os fazendeiros-produtores e os exportadores. A mercadoria era recebida pelo comissário para vendê-la ao exportador. Por tal serviço, recebia comissões dos fazendeiros de café.

No Brasil havia mercado interno para o consumo do café. Mas a grande produção deste bem-agrícola excedia tal mercado. Portanto, os cafeicultores passaram a depender da exportação, do mercado externo. No século XIX, surgiu o hábito de consumir café nos centros urbanos da França, Estados Unidos, Alemanha, etc. O século XIX foi marcado pela revolução industrial, a descoberta tecnológica, o desenvolvimento urbano e uma nova experiência na vida do trabalho. O café tornou-se um item consumido neste contexto de transformação cultural e política.



Fazenda do Secretário, em Vassouras (Rio de Janeiro). A maior família proprietária na região de Vassouras era a família Teixeira Leite.



Detalhe do Café - 1823

Não foi por outro motivo que a Bandeira do Brasil Império – desenhada pelo artista Jean-Baptiste Debret – trazia no seu simbolismo o ramo de café. Ao longo do século XIX, já no Primeiro Reinado, durante a Regência e no Segundo Reinado de Pedro II, os grandes proprietários e latifundiários do café constituíam-se numa *elite cafeeira*: os **barões do café**.

Os **barões do café** adotaram uma postura de enfrentamento aos interesses britânicos ao longo do século XIX. Nesta época, os ingleses adotaram uma política de oposição e repressão ao tráfico negreiro, o que desagradou os grandes senhores do café no Brasil.

Os **barões** formaram uma verdadeira alta sociedade, com famílias poderosas e influentes que faziam o país prosperar. Havia membros da elite cafeeira tanto no Partido Conservador, quando no Partido Liberal. Se bem que neste último, predominavam os grupos de comerciantes e a classe média dos principais centros urbanos.



A família do Barão Castro de Lima (sentado ao centro). O Barão era um dos principais líderes familiares da elite cafeeira. Possuía enormes fazendas de café em Lorena.

Um dos grandes senhores cafeeiros era o Barão Castro de Lima: um grande proprietário de fazendas na área de Lorena, em São Paulo. Castro de Lima era um homem piedoso e católico; ele estava entre os fundadores da Santa Casa de Misericórdia. Também usou seus recursos financeiros para financiar a Basílica de São Benedito e a Capela Nossa Senhora do Rosário.

O **Barão Castro Lima** era casado com Leduina Gomes, filha do português **João da Costa Gomes Leitão**.

Em termos políticos, administrativos e econômicos o período imperial no Brasil foi bastante impressionante. Um Império eficiente, funcional e bem-organizado estava estruturado no Brasil. O Imperador brasileiro tinha renome e procurou trazer avanços para o país. O Brasil era um grande país católico e o catolicismo permeava a vida da população. Entretanto, do ponto de vista religioso, havia uma grave dificuldade: o Império foi fortemente influenciado pela Maçonaria. Muitas lideranças civis, muitos políticos, homens de classe média e chefes militares eram membros da organização, que desejava instrumentalizar e ao mesmo tempo embotar a Igreja.

Entre os anos de 1830-1840, a exportação de café representava, aproximadamente, 40% do total de exportações do Brasil, ultrapassando a tradicional produção e exportação açucareira.

II

A MODERNIZAÇÃO DO IMPÉRIO

Reformas e obras de modernização – Como vimos em capítulo anterior, Caxias havia garantido a unidade do Império, as revoltas liberais foram reprimidas e a Revolução Praieira

não obteve sucesso. A unidade e coesão do Brasil estavam asseguradas. A partir de 1850, uma série de alterações e obras inovadoras foram adotadas pelo governo brasileiro.

Extinção do tráfico de escravos (Lei Eusébio de Queirós).

Promulgação da Lei de Terras.

Centralização da Guarda Nacional.

Aprovação do Código Comercial.



*Irineu Evangelista de
Sousa (Barão de
Mauá)*

O **Barão de Mauá** – Um dos personagens de maior vulto e prosperidade nesta época foi ***Irineu Evangelista de Sousa*** (o **Barão de Mauá**). Quando jovem, Irineu Evangelista de Sousa trabalhou numa empresa britânica de importação no Rio de Janeiro e aí formou suas primeiras relações de negócios, se tornando sócio numa empresa de fundição de ferro e investindo na construção de ferrovias. O Barão de Mauá também atuou na área de construção de navios e como banqueiro.

A primeira linha de ferro estabelecida no Brasil, em 1854, possuía 14 quilômetros, ligando o porto de Mauá, na Baía de Guanabara, até a estação de Fragoso. A intenção do **Barão de Mauá** era interligar (por meio de ferrovias e do transporte rodoviário) vastas áreas da região Sudeste: do Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba e este às terras de Minas Gerais.



Cédula de cem mil réis, em 1854, no Segundo Reinado. Nela retrata-se uma ferrovia, evidenciando o processo de modernização do Império.

Com a extinção do tráfico de escravos (por pressão britânica), em 1850, os recursos e capitais empregados no tráfico foram utilizados no processo de industrialização. O Barão de Mauá agia tanto como banqueiro como quanto empresário industrial, esforçando-se numa série de projetos:

Mauá investiu numa fábrica e companhia de gás nos limites do Rio de Janeiro, tendo objetivo de realizar seu projeto de iluminação a gás da cidade do Rio de Janeiro. Em 1854, os primeiros lampiões a gás foram acesos na capital do Império, e Mauá obteve apoio de investidores.

Em 30 de abril de 1854, na presença do próprio Imperador e funcionários do governo, o Barão de Mauá inaugurou a primeira locomotiva do país, chamada de Baroneza (em homenagem à sua esposa) – esta iniciativa fazia parte de um projeto maior e mais amplo, formando uma linha férrea que interligasse o Vale do Paraíba ao litoral do Rio de Janeiro.

O Barão de Mauá participou como acionista da **Companhia Ferrovia de Dom Pedro II** (Estrada de Ferro Central do Brasil): em 1855, o governo imperial firmou acordo com engenheiros britânicos, para construção da primeira sessão da estrada de ferro. As obras ocorreram entre 1855 e 1858, quando ficou pronta uma primeira etapa do projeto, em que se ligava a Estação Aclimação, no Rio, à Estação na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição (no atual município de Nova Iguaçu).

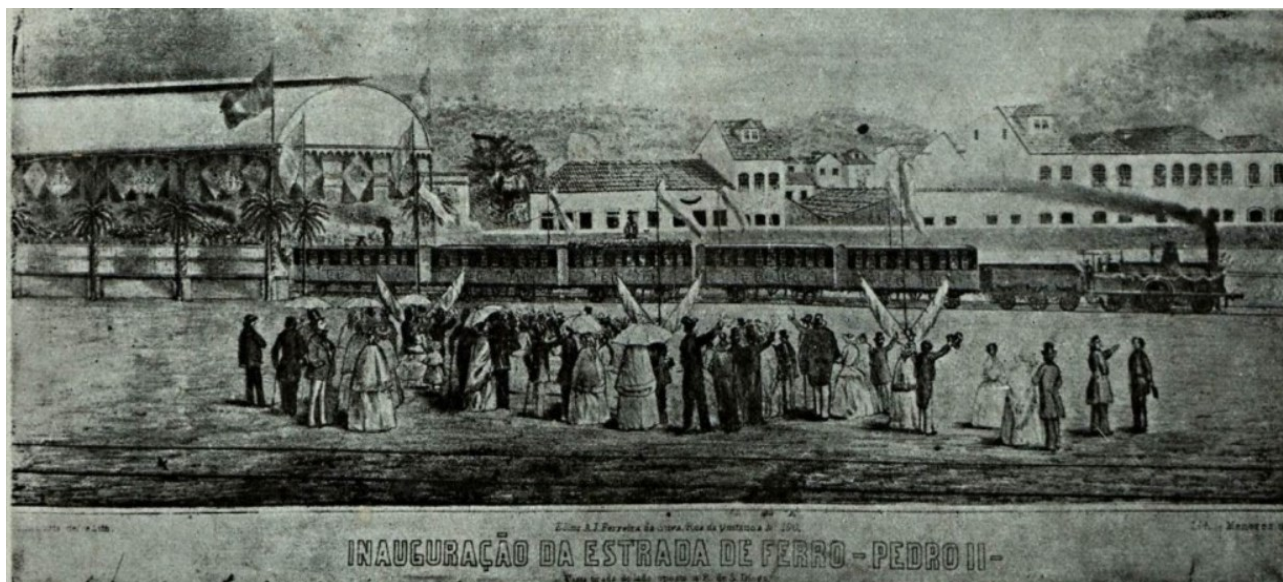


Imagem de inauguração da Estrada de Ferro Pedro II. De acordo com o historiador Boris Fausto: “o problema do transporte no Vale do Paraíba foi em grande parte solucionado com a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, posteriormente denominada Central do Brasil. A construção começou em 1855, sendo inaugurados, ao longo dos anos, trechos sucessivos da linha que chegou até Cachoeira, em São Paulo, somente em 1875.

Mauá também participou, como acionista, nos empreendimentos de empresas nordestinas que tinham como finalidade o escoamento da safra de açúcar. Isto ocorreu, principalmente, em Pernambuco, na região de Recife.

A expansão cafeeira em São Paulo – O cultivo e produção do café também foi implantado no interior, na região do Oeste Paulista. A economia cafeeira foi difundida e abrangia territórios que iam de Campinas até Rio Claro, São Carlos e Araraquara (linha férrea da **Companhia Paulista**). Pela linha férrea da **Estrada de Ferro Mogiana** abrangia uma área de Campinas até Pirassununga, Casa Branca e Ribeirão Preto.



O sucesso de tal expansão da economia cafeeira para o interior de São Paulo (Oeste Paulista) dependia fundamentalmente do transporte e da criação de um porto viável para exportação (uma vez que o litoral do Rio de Janeiro ficava muito longe). Como diz Boris Fausto: “a dificuldade maior consistia em atravessar a escarpa da Serra do Mar e chegar ao litoral. Ela foi vencida com a construção da estrada de ferro de Santos a Jundiá por uma companhia inglesa” (a **São Paulo Railway Company Limited**).

A economia cafeeira no **Oeste Paulista** prosseguiu em expansão, mesmo nas duas últimas décadas do Império e no início da República. O interior de São Paulo possuía vastas terras disponíveis para o cultivo, o que assegurou o desenvolvimento econômico da região.

III

PROBLEMAS EXTERNOS: A GUERRA DO PARAGUAI



O Vice-Reino do Rio Prata: de sua fragmentação, nasceram a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

Problemas com o Paraguai – O Vice-Reino do Rio da Prata (uma área que abrangia os territórios da Argentina, Uruguai, Paraguai e áreas da Bolívia) iniciou seu processo de separação da Espanha desde a época em que José Bonaparte havia sido colocado no trono da Espanha por seu irmão, imperador Napoleão Bonaparte da França. Em 1811, o Paraguai não aceitou o governo dos liberais de Buenos Aires. O antigo Vice-Reino acabou se desagregando e dando lugar a países como Argentina, Uruguai e Paraguai.

Eis que no Paraguai subiu ao poder o rico e perspicaz lavrador **Carlos Antônio López**, que acabou permanecendo no poder como um tipo de ditador. A capital do Paraguai foi estabelecida em **Assunção** e, já na época de Dom Pedro II, o Brasil procurava manter relações diplomáticas e concluir tratados com López.

Na mesma época em que o Brasil iniciava seu processo de modernização (1850), tentava selar um acordo e tratado com o ditador paraguaio, tendo a intenção de manter a livre navegação do rio Paraguai (um ponto essencial para o Mato Grosso). Em 1858, o governo imperial enviou o *Visconde do Rio Branco*, para negociar com López a respeito da livre navegação.

Porém, Carlos López faleceu e, em 1862, foi sucedido por seu filho: **Francisco Solano López**. Este ditador era um homem forte, enérgico, astuto, ambicioso e estava repleto de planos grandiosos. *Francisco Solano López desejava expandir as terras paraguaias pela planície do Mato Grosso (incluindo parte do território do atual Mato Grosso do Sul), tendo em vista proporcionar ao Paraguai o acesso ao Oceano Atlântico. Foi esta ambição exagerada e desmedida de Solano López uma das causas da Guerra do Paraguai.*



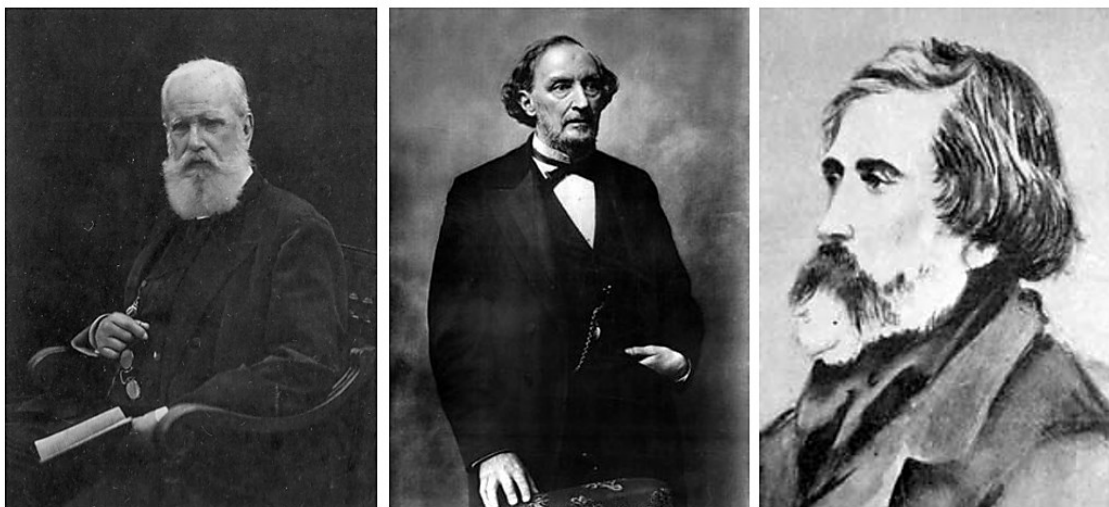
Francisco Solano López

López possuía suas ambições expansionistas, mas foi estimulado por um conflito de interesses políticos no Uruguai: o governo brasileiro acabou envolvendo-se num conflito interno no Uruguai e apoiou a queda do líder **Atanásio Aguirre**. **Eis uma das raízes do problema:** Aguirre era um aliado de Solano López e este considerou a intervenção brasileira um empecilho aos seus interesses. **A queda de Aguirre causou a desconfiança do ditador paraguaio com relação aos governos do Brasil e da Argentina.**

O problema no Uruguai – O Uruguai naquela época estava dividido em duas facções (partidos): os **blancos** (aristocratas, hostis ao governo brasileiro) e os **colorados** (camponeses). O presidente **Atanásio Aguirre** era líder dos **blancos** e aliado ao ditador paraguaio. Por outro lado, os colorados, liderados por **Venâncio Flores**, eram, diplomaticamente, favoráveis ao Brasil

e, particularmente, simpáticos aos gaúchos do Rio Grande. *A facção dos colorados, com apoio do governo brasileiro, derrotou Aguirre. Venâncio Flores assumiu o governo do Uruguai, em Montevideo, e passou a firmar ótimas relações com o governo imperial do Brasil.*

Os governos do Brasil, Uruguai e Argentina aliavam-se, diplomaticamente, o que frustrou as pretensões de López.



A Tríplice Aliança

Na imagem acima, da esquerda para a direita: o Imperador Dom Pedro II do Brasil, Bartolomé de Mitre (presidente da Argentina) e Venâncio Flores (presidente do Uruguai). Brasil, Argentina e Uruguai formavam a “Tríplice Aliança” contra os interesses expansionistas de Solano López.

O início do conflito – Solano López iniciou as hostilidades e o conflito contra o Brasil através da captura do ***navio a vapor Marquês de Olinda***, que levava o coronel Carneiro de Campos, governador da província do Mato Grosso. López tomou o navio para o Paraguai e aprisionou seus passageiros.

“López enviou duas divisões para conquistar o Mato Grosso; a primeira era de 4 200 homens, às ordens do coronel Bárrrios, cunhado de López; a segunda contava com 5 000 soldados, chefiados pelo coronel Resquin. (...) em dezembro de 1864, Bárrrios atacou o forte de Nova Coimbra, protegido pelo tenente-coronel Hermenegildo Pôrto Carrero. Este valente oficial, com apenas 130 homens, bateu-se heroicamente durante 3 dias, repeliu os assaltos ao forte e fez hábil retirada, depois de esgotar suas munições”.

Os paraguaios de López conquistaram o sul do Mato Grosso, até a embocadura do Rio São Lourenço; não ousaram, contudo, subir para Cuiabá, a capital do Mato Grosso, porque havia uma guarnição de 4 000 brasileiros. López havia conseguido conquistar o território que ambicionava e chamou a região de ***departamento do Alto Paraguai***.

O Paraguai na época de Solano López era um país ordenado e dava sinais de impressionante desenvolvimento. As fronteiras eram bem fortificadas e o país possuía bons recursos bélicos. O exército paraguaio contava com mais 80 000 homens. Na verdade, o Paraguai estava militarmente mais bem organizado e preparado do que o governo brasileiro, que desconhecia e subestimava o Paraguai.

O governo brasileiro teve de tomar uma série de medidas: **a)** *procurou auxílios financeiros e recursos oriundos da Europa (especialmente da Inglaterra); b)* *chamou a Guarda Nacional para o serviço ativo; c)* *estabeleceram 57 batalhões de Voluntários da Pátria, organizados desde as várias províncias, mas especialmente da Bahia; d)* *fundou um campo de instruções para recrutas no Rio Grande do Sul.*



Dom Pedro II

A expedição de Mato Grosso – Uma Coluna Expedicionária de Mato Grosso (reunindo forças paulistas com a brigada mineira), com aproximadamente 2 500 homens, seguiu em direção à província invadida. A Força sofreu uma série de reveses: as dificuldades do trajeto, as doenças, a febre e a falta de provimentos dizimaram uma parcela considerável dos homens, incluindo o líder da expedição José da Fonseca Galvão acabou morrendo. Os soldados remanescentes chegaram ao povoado devastado de **Laguna**... foi ali que ocorreu o episódio da **Retirada de Laguna** (narrada pelo Visconde de Taunay), em 1867.

A Tríplice Aliança – Além da região de Mato Grosso, Solano López atacou o Brasil pelo Rio Grande do Sul e procurou obter o apoio dos *blancos* de Aguirre no Uruguai. López planejava atacar as terras do sul do Brasil passando pelo território argentino. O presidente da Argentina Bartolomeu Mitre negou-se, pois tinha a intenção de permanecer neutro. Em represália, o ditador paraguaio atacou o território argentino na região da Bacia Platina, à margem esquerda do rio Paraná.

López enviou 30 000 homens contra a Argentina. Este movimento fez com que Bartolomeu Mitre, presidente do país, firmasse o tratado de aliança com o Brasil e com o Uruguai de Flores. Em 1º de maio de 1865, o tratado da **Tríplice Aliança** estava firmado contra Solano López.

No lado da Tríplice Aliança destacaram-se as lideranças como a de **Joaquim Marques de Lisboa** (**Marquês de Tamandaré**) e o comando do Exército sob o general **Manuel Luís de Osório**.

As lutas ocorriam ao mesmo tempo nas áreas do Mato Grosso, na província de Corrientes e no Rio Grande do Sul.

Duque de Caxias:
generalíssimo dos aliados – A guerra prosseguia ao longo dos anos 1865 e 1866, os aliados tinham dificuldades estratégicas. Muitos homens estavam morrendo. No Brasil, o governo imperial nomeou Caxias como chefe e líder de todas as forças brasileiras no Paraguai, substituindo o almirante Tamandaré pelo futuro **Visconde de Inhaúma**.

De acordo com Cláudio M. Thomás:

“com a nomeação de Caxias, voltou a confiança ao coração dos soldados; o valente general Osório voltou a pedir serviço, vindo combater às ordens do novo chefe.”. O presidente argentino, Mitre, também entregou o comando supremo da guerra ao Duque de Caxias que, em novembro de 1866, *“fora nomeado chefe de todas as forças brasileiras”*.



Pintura de Pedro Américo, destacando a liderança de Caxias, na Guerra do Paraguai

A entrada de Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) foi um fato decisivo na Guerra do Paraguai, uma vez que uma série de erros estratégicos foram cometidos pelo Brasil e pela Argentina no início, por exemplo: nos primeiros anos, o presidente argentino Mitre, em acordo com o Brasil, foi nomeado chefe supremo das tropas contra o Paraguai. Entretanto, a maioria destas tropas era formada por brasileiros.

A queda de Solano López e o fim da Guerra – Em 1868, Caxias tinha o reforço de tropas, enviadas pelo governo, e, assim, seguiu em direção de Assunção. No início de dezembro, as tropas de Caxias transpuseram o rio Paraguai no porto de Santo Antônio, entre Vileca e Assunção, vencendo as tropas de López em 6 de dezembro de 1866; e, no dia 11, ocorreu a sangrenta Batalha de Avaí, com 4 000 mortos.

López foi forçado a recuar e se retirar. As tropas aliadas prosseguiram avançando, enquanto o ditador paraguaio recuava em direção de Cêrro-Léon, com a finalidade de organizar novas tropas.

Em 5 de janeiro, os brasileiros entraram em Assunção, capital do Paraguai, que havia sido abandonada por grande número de seus habitantes. **Em 14 de janeiro, o Duque de Caxias considerou a guerra terminada e, assim, por causa de problemas de saúde, retirou-se. O comando das tropas foi assumido pelo Conde d’Eu.**

Mas e Solano López? O que ocorreu com o ditador paraguaio? Em 15 de agosto, os países da tríplice aliança declararam a queda do ditador Solano López e um governo provisório foi estabelecido no Paraguai. Entretanto, os últimos batalhões do ditador

organizavam um novo plano de ação e operações no interior; mas sua estratégia não foi bem-sucedida. As tropas aliadas atacaram os últimos redutos de resistência e, sem recursos, López tentou fugir para a Bolívia.



A morte de Solano López

O general José Antônio da Câmara perseguiu o ditador, que, ao invés de se entregar como prisioneiro, preferiu resistir e lutar até à morte.

Em 1870, Solano López não cometeu suicídio; ele foi ferido pelos soldados inimigos, com uma bala e, depois, morreu num golpe de lança no abdômen.

ATIVIDADES

1. Como o café foi introduzido no Brasil?
2. O governo de Dom João VI beneficiou o crescimento da economia cafeeira?
3. Quem eram os “barões do café”? Como surgiu este grupo? A produção do café no Brasil foi estabelecida, primordialmente, em qual região?
4. O que foi o processo de modernização do Brasil e qual foi o papel do Barão de Mauá nisto?
5. Quais as causas da Guerra do Paraguai? Descreva.
6. Quem eram os líderes da Tríplice Aliança? (os chefes de Estado).
7. Descreva o processo da Guerra e seu desfecho.



AULA 35

OS ESTADOS UNIDOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: DEPOIS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

I

INTRODUÇÃO



s Estados Unidos no início do século XX – Vimos em aulas anteriores a respeito do desenvolvimento dos Estados Unidos da América ao longo do século XIX: sua consolidação após a Guerra de Independência contra os britânicos, a formação de suas bases nacionais a partir da ideologia do Destino Manifesto, a Conquista do Oeste, a Guerra contra o México e a Guerra Civil. Durante os governos de William McKinley e Theodore Roosevelt, do final do século XIX ao início do XX, os Estados Unidos se consolidaram como uma jovem potência econômica, territorial e política na América do Norte, mas foi apenas com a sua participação e saída na Primeira Guerra Mundial que os Estados Unidos acabaram substituindo o envelhecido Império Britânico.

A Primeira Guerra Mundial, que estudaremos no próximo ano, com mais detalhe, foi um golpe terrível na Europa, desmantelando a antiga ordem mundial do século XIX, e trazendo os Estados Unidos da América para uma posição central no palco geopolítico. Em 1919, os norte-americanos voltaram vitoriosos para casa e, no início dos anos 1920, cultivaram um estilo de vida fundado na opulência, no materialismo, no excesso de consumo e nas festividades da cidade grande.

A organização política dos Estados Unidos era fundada na Constituição liberal e iluminista de 1787 e, em grande medida, nas convicções políticas de Thomas Jefferson. Contudo, no início do século XX, ocorreu nos Estados Unidos, por pressão de grupos

For Home and Country



VICTORY LIBERTY LOAN

Após a consolidação de seu Império com McKinley e Roosevelt, os Estados Unidos foram vitoriosos na Primeira Guerra Mundial.

financeiros e grandes banqueiros internacionais (como os Rothschild), a fundação do **Banco Central norte-americano (Federal Reserve System)**.

A criação do Banco Central (Federal Reserve) ocorreu sob o governo do democrata Woodrow Wilson, mas mediante os esforços de banqueiros e grandes empresários como Paul Warburg (banqueiro aliado dos Rothschild), J. P. Morgan (Banco Morgan), David Rockefeller (barão do petróleo) e outros. Por meio deste Banco Central, a elite financeira passava a controlar em muitos aspectos o sistema financeiro norte-americano, subordinando outros bancos aos seus interesses e até mesmo manipulando a emissão de papel-moeda.

II

Os ANOS 1920



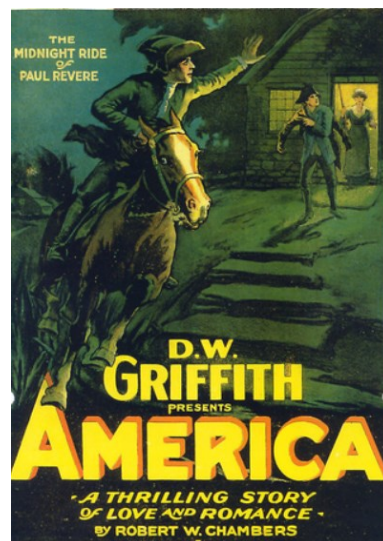
American Way of Life – o modo de vida americano, passou a constituir um modelo e padrão para as famílias.

A década de 1920: os loucos anos 20 – Os centros urbanos dos Estados Unidos atingiram grande apogeu e prosperidade material nos anos de 1920. Nova York era um centro econômico e financeiro do país; os norte-americanos viviam em um estado de impressionante euforia e animação, por conta de sua posição privilegiada, sua vitória na Primeira Guerra contra a Alemanha e ainda se fazia menção sobre a queda do Kaiser Guilherme.

Foi nesta época que se estabeleceu o *ideal de vida americano*: o **American Way of Life** (modo de vida americano). O *estilo de vida norte-americano* tornava-se um modelo de comportamento e de estilo de vida, fundado no patriotismo, na busca pela prosperidade material, busca da felicidade econômica e financeira, no individualismo e liberalismo e no consumismo. A família norte-americana de classe média dos anos 1920 tornou-se um modelo de conduta e felicidade na sociedade norte-americana.

Os anos 1920 foram marcados pelo desenvolvimento de novas formas de propaganda política e industrial. Foram anos marcados pelo desenvolvimento do rádio, da produção cinematográfica, da indústria automobilística (cujo um dos centros tornou-se Detroit) de **Henry Ford**, a indústria química, em 1923 foi fundada a empresa produtora de animações **Wall Disney Company**, etc. No que se refere ao Cinema, artistas como **Charles Chaplin**, **Greta Garbo**, **Bebe Daniels** e **Rodolfo Valentino** se destacavam em filmes do cinema mudo.

Em 1924 foi lançado o filme “América” de D. W. Griffith, um dos pais do cinema norte-americano. O filme narrava a história de Natan Holden, que vivia um romance em meio ao conflito contra os ingleses, na Guerra de Independência dos

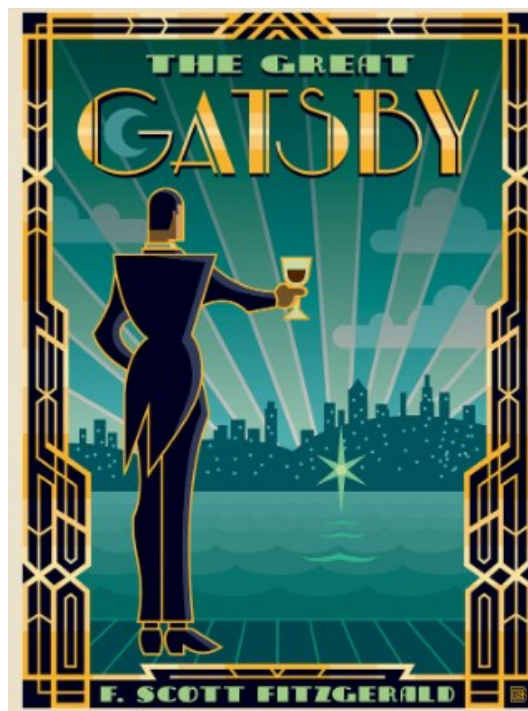


América – de D. W. Griffith

Estados Unidos. O protagonista do filme lutava ao lado de seus compatriotas contra o terrível e cruel Capitão Walter Butler. D. W. Griffith também dirigiu o filme lançado em 1930: ***Abraham Lincoln***.

É nesta época que ocorre a primeira animação de Wall Disney: em 1928, foi lançada a animação ***Plane Crazy*** contando com a primeira aparição do personagem **Mickey Mouse**.

A década do Grande Gatsby – Entre as várias criações culturais dos anos 1920, um de seus símbolos literários mais marcantes foi o romance ***O Grande Gatsby*** – do grande escritor e romancista norte-americano *Scott Fitzgerald*. De forma geral, o romance trata da história do jovem misterioso, riquíssimo e festeiro *Jay Gatsby*, que, apaixonado pela bela Daisy Buchanan (que era mulher casada), frequentemente dava grandes festas em sua residência, na expectativa de encontrá-la e reatar o laço de amor que fora criado antes de Gatsby enriquecer. Trata-se de uma narrativa que tem como pano de fundo um ambiente de pecado, de autoengano, hipocrisia e falsidade social, com um trágico final. A obra de Gatsby parece sintetizar o espírito exagerado, sem limites, rico, mas superficial dos anos de 1920 nos Estados Unidos.



O Grande Gatsby de Scott Fitzgerald

O romance não procura um aprofundamento na consciência dos personagens, mas, Fitzgerald, mostra com maestria a superficialidade e a mentalidade materialista da elite de Manhattan, assim como deixa sugerido as origens ilegais da fortuna de Gatsby (na época, havia a Lei Seca). Gatsby personifica o espírito eufórico, iludido, cego e em ocaso dos anos 1920.

A Lei Seca – Foi também neste ambiente promíscuo, de euforia e prosperidade material que foi estabelecida a Lei Seca: *a proibição da manufatura e venda de bebidas alcóolicas*. A Lei entrou em vigor em **16 de janeiro de 1920** e se estendeu até 1933. A Lei foi também conhecida como 18ª Emenda Constitucional: determinava a proibição da produção, venda e transporte de bebida alcóolica em território norte-americano. Em parte, a Lei foi estabelecida por pressão de grupos protestantes (contrários ao consumo de bebidas alcóolicas), que argumentavam que a proibição diminuiria a criminalidade no país. Contudo, o efeito foi justamente o contrário do que se esperava: o *experimento da Lei Seca acabou se revelando ineficaz contra a criminalidade e inúmeras pessoas envolveram-se no contrabando ilegal de bebidas alcóolicas*.



A elite protestante de certos estados norte-americanos incomodava-se com certas mudanças sociais que ocorriam nos Estados Unidos: a vida liberal dos grandes centros urbanos e a presença cada vez mais acentuada de imigrantes de origem latina, especialmente

de origem italiana (portanto católica) eram fatos que incomodavam os antigos protestantes, que desencadearam uma campanha moralizante.

Durante a época da Lei Seca, no ano de 1929, ocorreu em Chicago o Massacre do Dia de São Valentim: sete pessoas foram assassinadas no Lincoln Park, em meio ao conflito de duas organizações criminosas. A quadrilha do sul (“Gangue do Sul”) era formada pela Máfia italiana, liderada pelo criminoso e psicopata **Alphonse Capone** (“Al” Capone), que se tornou uma das personalidades mais conhecidas nos anos 1920 e ainda no início da década de 1930. De outro lado, havia a quadrilha do norte, chefiada por irlandeses. Naquela época havia um conflito entre diferentes grupos étnicos nos Estados Unidos: irlandeses não gostavam de italianos, e vice-versa. Chicago se tornou uma cidade profundamente violenta e o crime organizado parecia se infiltrar na estrutura burocrática e governamental da cidade.

Com a proibição da venda de bebidas alcóolicas, surgiram grupos e organizações criminosas que passaram a realizar o contrabando. Um grande esquema criminoso foi implementado em grandes cidades como Nova York e Chicago. Portanto, foi neste contexto que surgiu a figura criminosa e nefasta do gangster *Alphonse Capone* (**Al Capone**).

Portanto, algumas das consequências da Lei Seca foram:

Formação de grupos clandestinos, que realizavam o comércio ilegal de bebida alcóolica nas grandes cidades.

Queda na qualidade da produção das bebidas alcóolicas.

Aumento da criminalidade (formação de quadrilhas que traficavam a bebida e, muitas vezes, subornavam as autoridades para ocultar o tráfico ilegal).

O aumento da criminalidade e o fracasso da lei fez com que ela fosse revogada em 1933.



O gangster e criminoso Al Capone, o “Scarface”. Capone foi o líder da Máfia em Chicago. A sua organização era financiada pela venda ilegal de bebida.



Agentes do governo norte-americano confiscam bebida clandestina

III

A CRISE DE 1929

A vida econômica até a Crise – Do final do século XIX e início do XX, iniciou-se um processo de neocolonialismo, em que velhos impérios orientais se dissolveram em contato com o Ocidente e as tribos e terras africanas ficaram à mercê dos interesses europeus. Os mercados africanos e asiáticos (China e Índia, especialmente) foram abertos pelos europeus e um processo de integração econômica se desenvolveu gradualmente. Portanto, foram estabelecidos vínculos comerciais entre nações: os britânicos dependiam das matérias-primas de suas colônias e as colônias recebiam os bens industrializados.

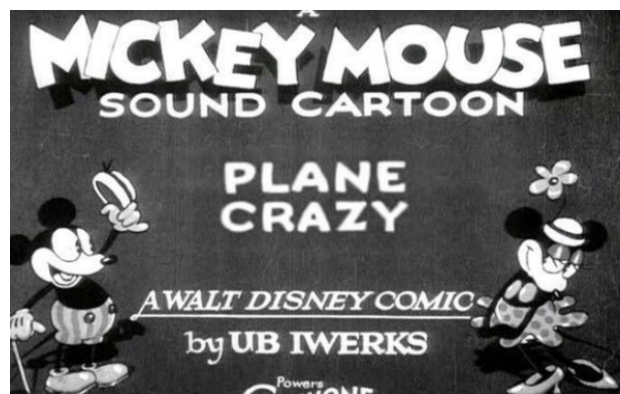


“O mais alto padrão de vida do mundo” e “Não há modelo (estilo de vida) como o americano”. A propaganda contrastava e chocava-se com realidade.

Em 1929, toda economia dos Estados Unidos foi atingida pela Crise.

Caso ocorresse alguma dificuldade econômica em alguma região, outras áreas seriam afetadas. Apesar das instabilidades e incertezas sociais, políticas e culturais causadas pela Primeira Grande Guerra, ainda se tinha, em muitas regiões (especialmente na América do Norte), a concepção de progresso político e econômico.

Nos Estados Unidos, que ficaram praticamente ilesos da Primeira Guerra Mundial, e, muito pelo contrário, saíram como nação vitoriosa, o progresso econômico, a prosperidade e a liberdade criavam um otimismo cego e egoísta. No final dos anos 20, de forma súbita e surpreendente, uma **crise financeira e econômica** atingiu a sociedade norte-americana e, rapidamente, espalhou-se, atingindo, especialmente, os países da Europa Ocidental e a América Latina.



1928 – Foi lançada a primeira animação com os personagens de Mickey Mouse e Minnie de Walt Disney

As causas da Crise de 1929: a Grande Depressão – De forma simplificada, a Crise de 1929 foi causada pelos seguintes fatores: **a) superprodução industrial:** produção excessiva de bens industriais, que superava a capacidade de consumo (havia mais produtos

do que demanda), o que levou à criação de grandes estoques (que causou danos financeiros e a diminuição dos lucros das empresas); **b) *crédito facilitado (disponibilização de crédito)***: os bancos norte-americanos ofereciam com mais facilidade linhas de crédito aos empresários e investidores nos mercados de ações, o que facilitou o fenômeno da especulação financeira; **c) *especulação e bolha financeira***: a especulação financeira tomou conta do mercado de ações, as vendas de ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque tomou proporções vertiginosas, a demanda crescente no mercado de ações gerou uma bolha financeira; **d) *superprodução na agricultura***: também no setor agrícola ocorreu um processo de superprodução, que causou a queda no preço dos produtos agrícolas.

Consequências da Grande Depressão – as consequências da crise de 1929 e seus efeitos políticos, sociais e econômicos foram devastadores. É possível, aqui, citar tanto os seus efeitos mais imediatos quanto os efeitos mais remotos:

Queda vertiginosa nas ações na Bolsa de Valores.

Várias empresas e indústrias faliram ou quase foram à falência.

Desemprego em massa (milhões de pessoas ficaram desempregadas, e sem condições de comprar alimentos).

Perda de renda e pobreza generalizada.

Crise e colapso do setor bancário.

Crise no setor industrial: ocorreu uma desaceleração do setor industrial.

Desconfiança com relação aos capitalistas, às grandes empresas e com relação ao governo.

Todos estes elementos mesclados possibilitaram a criação de um ambiente em que se passou a questionar o modelo econômico liberal (o Liberalismo); é neste contexto que houve um crescimento maciço dos movimentos políticos de massa: fascismo, nazismo e socialismo. Isto ocorreu especialmente na Europa, mas em outros países também.

ATIVIDADES

1. Faça um resumo da aula.